C 124-1

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

ESTRATÉGIA

3ª Edição
2001

C 124-1

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

ESTRATÉGIA

3ª Edição
2001

Preço: R$

CARGA

EM.....

PORTARIA Nº 109-EME, DE 21 DE SETEMBRO DE 2001

Aprova o Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, da Portaria nº 433, de 24 de agosto de 1994 (IG 10-42), resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha **C 124-1 - ESTRATÉGIA**, 3ª Edição, 2001, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar o Manual de Campanha C 124-1 - ESTRATÉGIA, 2ª Edição, 1997, aprovado pela Portaria Nº 141-EME, de 22 de dezembro de 1997.

Gen Ex MARCELLO RUFINO DOS SANTOS
Chefe do Estado-Maior do Exército

NOTA

Solicita-se aos usuários deste manual de campanha a apresentação de sugestões que tenham por objetivo aperfeiçoá-lo ou que se destinem à supressão de eventuais incorreções.

As observações apresentadas, mencionando a página, o parágrafo e a linha do texto a que se referem, devem conter comentários apropriados para seu entendimento ou sua justificação.

A correspondência deve ser enviada diretamente ao EME, de acordo com o artigo 78 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA CORRESPONDÊNCIA, PUBLICAÇÕES E ATOS NORMATIVOS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

		Prf	Pag
CAPÍTULO 1 - ESTRATÉGIA			
ARTIGO I	- Generalidades	1-1 a 1-3	1-1
ARTIGO II	- Estratégia, Ações e Áreas Estratégicas.	1-4 a 1-6	1-3
CAPÍTULO 2 - CONCEITOS BÁSICOS			
ARTIGO I	- Poder e Estratégia Nacionais	2-1 a 2-5	2-1
ARTIGO II	- O Conflito e sua Resolução	2-6 a 2-9	2-3
ARTIGO III	- Atuação da Estratégia Nacional	2-10 e 2-11	2-10
CAPÍTULO 3 - ESTRATÉGIA MILITAR			
ARTIGO I	- A Guerra	3-1	3-1
ARTIGO II	- Bases e Métodos da Estratégia Militar.	3-2 a 3-4	3-3
ARTIGO III	- Concepção da Ação Militar	3-5 a 3-8	3-6
ARTIGO IV	- Estratégias de Segurança	3-9 a 3-16	3-11
CAPÍTULO 4 - MANOBRA DE CRISE			
ARTIGO I	- Conceitos e Regras Gerais	4-1 a 4-5	4-1
ARTIGO II	- Etapas e Níveis da Manobra de Crise .	4-6 e 4-7	4-4

CAPÍTULO 5 - PLANEJAMENTO MILITAR DE GUERRA

ARTIGO	**I** - Generalidades	5-1 e 5-2	5-1
ARTIGO	**II** - Planejamento Governamental	5-3 a 5-7	5-2
ARTIGO	**III** - Planejamento Militar de Guerra	5-8	5-5

CAPÍTULO 6 - PLANEJAMENTO DO PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

ARTIGO	**I** - Generalidades	6-1 a 6-3	6-1
ARTIGO	**II** - Sistema de Planejamento do Exército.	6-4 e 6-5	6-2

CAPÍTULO 7 - ESTRATÉGIA OPERACIONAL TERRESTRE

ARTIGO	**I** - Natureza dos Conflitos	7-1 e 7-2	7-1
ARTIGO	**II** - Operações Conjuntas, Combinadas e Interaliadas	7-3 a 7-5	7-2
ARTIGO	**III** - Ações Estratégicas	7-6 a 7-10	7-3
ARTIGO	**IV** - Deslocamento Estratégico	7-11 a 7-13	7-5
ARTIGO	**V** - Concentração Estratégica	7-14 a 7-17	7-5
ARTIGO	**VI** - Manobra Estratégico-Operacional	7-18 a 7-20	7-7
ARTIGO	**VII** - As Batalhas	7-21	7-13
ANEXO	**A - ESTUDO ESTRATÉGICO DE ÁREA ..**	A-1 a A-6	A-1
APÊNDICE	**1** - Levantamento Estratégico de Área (Memento)		A1-1
APÊNDICE	**2** - Avaliação Estratégica de Área Operacional (Memento)	A2-1 a A2-8	A2-1
APÊNDICE	**3** - Avaliação Estratégica de Área Operacional para Defesa Territorial e Garantia da Lei e da Ordem (Memento)	A3-1 a A3-8	A3-1
ANEXO	**B - MODELO PARA A CONDUÇÃO DA MANOBRA DE CRISE.....**	B-1 a B-6	B-1

CAPÍTULO 1

ESTRATÉGIA

ARTIGO I

GENERALIDADES

1-1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a. Qualquer que seja o campo de investigação, há sempre várias formas de reunir, classificar e organizar, para efeito de análise, os fenômenos que se pretende estudar. No caso do fenômeno estratégico, para raciocinar desde o mais alto nível, há necessidade de considerar o sistema internacional e nele inserir o BRASIL.

b. Pode-se, neste estudo, a partir do sistema político internacional, ressaltar a importância do poder, pois cada ator é o guardião da sua própria segurança e independência, e o comportamento de cada um depende do comportamento dos outros.

c. Ao efetuar uma análise do sistema internacional contemporâneo, segundo o enfoque sistêmico, pode-se chegar a algumas de suas características:

(1) heterogeneidade dos países e complexidade no relacionamento;

(2) grande potencial destruidor dos que possuem armas nucleares e modernos sistemas de lançamento;

(3) existência de um sistema internacional difuso, onde se destacam, entre os países desenvolvidos, uma potência mundial e várias potências regionais;

(4) diferenças, entre as nações desenvolvidas e as demais, cada vez mais acentuadas, onde a ciência e a tecnologia assumem papéis ainda mais importantes, para o desenvolvimento e para a segurança das nações;

(5) tendências supranacionais em algumas regiões;

(6) crescente vulnerabilidade dos estados a interferências externas;

(7) crescente importância de atores que não representam estados, tais como organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas multinacionais e grupos de interesse, cujas influências ultrapassam as fronteiras nacionais;

(8) elevado grau de interdependência entre todos os atores.

1-2. RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E PODER

a. A política prende-se, sobretudo, aos fins que se pretende alcançar, interpreta e formula objetivos e vai além, ao organizar o poder e desenvolvê-lo em benefício da comunidade, traçando os rumos para a conduta estratégica.

b. A estratégia estabelece o caminho para atingir os objetivos fixados pela política. A estratégia, abstrata e complexa, ocupa-se, principalmente, dos caminhos a seguir e dos meios que vai dispor, cria a forma de traduzir e de impor a vontade política, define opções, propõe a mais favorável, considerando para tanto: recursos, prioridades e riscos a correr na implementação da decisão tomada.

c. Há, na verdade,uma fronteira não muito nítida entre política e estratégia, uma vez que a política é um pouco estrategista (campo da estratégia), quando assinala rumos, direção geral, metas. A estratégia (arte do estrategista) é também um pouco estadista (nível da política) quando aplica o poder. De qualquer forma, há que lembrar que a política se fundamenta em qualidades intuitivas muito particulares do estadista, tem primazia sobre a estratégia e não pode por ela ser governada. Ao contrário, a estratégia recorre a um método complexo e rigoroso de preparo, planejamento e aplicação do poder, dando forma à concepção política e cumprindo suas diretrizes. A política ascende à estratégia, define os objetivos, formula “o que fazer” para orientar o poder, que é aplicado pela estratégia, que estabelece o “como fazer”. Política e estratégia relacionam-se, portanto, intimamente, mas em níveis diferentes. A estratégia estará sempre subordinada à política.

d. O poder, em sua expressão mais simples, é a capacidade de impor a vontade. É por meio da aplicação do poder que se atingem os objetivos fixados pela política. O poder apresenta-se como uma síntese de vontades e de meios de toda a ordem, destinado a cumprir um papel fundamental, assegurando ordem, equilíbrio, coerência e desenvolvimento. A aplicação do poder compreende dois elementos básicos: a vontade de agir e a capacidade dos meios para atingir os objetivos propostos.

e. Política, poder e estratégia formam a trilogia fundamental da “teoria do poder”. A política é o farol que ilumina o poder e orienta a estratégia; política (objetivos) sem poder (meios) nada pode; ambos, política e poder sem estratégia (modos), nada valem. Se a política quer fazer e o poder deve e pode fazer, a estratégia será a satisfação da vontade possível, ou a resposta a desafios, ou, em síntese, a maneira de satisfazer a vontade.

1-3. HISTÓRICO

a. Entendida na antigüidade como a “arte do general”, restrita ao campo de batalha, a palavra estratégia teve seu significado ampliado ao longo do tempo. Partindo da noção clássica militar, que perdurou por séculos, o campo semântico do vocábulo alargou-se quando, no século XVII, a guerra passou de limitada a nacional, mobilizando toda a nação. De nacional passou, já no século XX, a total, quando deixou de ser realizada apenas pela expressão militar e começou a envolver a totalidade da nação. A seguir, assumiu dimensão global, com a II GUERRA MUNDIAL. Posteriormente, quando o homem atingiu o espaço sideral e começou a explorá-lo, tomou a dimensão planetária.

b. Deve ser ressaltado que, após a II GUERRA MUNDIAL, o campo de ação da estratégia estendeu-se também aos períodos de paz, ou seja, que as nações passaram a adotar estratégias nas relações internacionais e no planejamento governamental, quando ultrapassou o campo da segurança e passou a ser empregado no desenvolvimento. Nos anos subseqüentes, o vocábulo adquiriu amplo e diversificado uso quando atingiu a totalidade dos segmentos da sociedade, mormente ligado à ciência da administração, e popularizou-se com significado muitas vezes diferente daquele original, de luta entre vontades opostas.

c. O campo semântico da “estratégia” alargou-se de tal forma que a palavra passou a necessitar de adjetivação. Surgiram então a grande estratégia na INGLATERRA, a estratégia total na FRANÇA, e a estratégia nacional nos EUA e no BRASIL, como expressões que caracterizavam uma estratégia maior, que coordenava todo o esforço da nação e subordinava a “arte do general” para vencer a guerra. A estratégia foi igualmente acrescida do adjetivo “militar” quando referente às Forças Armadas e do “operacional” quando limitada ao teatro de operações.

d. A estratégia saiu, ao longo da história, dos limites dos teatros de operações e invadiu todas as atividades de governo e de produção de um país, mesmo na paz. Foi-se modificando mediante etapas nítidas, cada qual com abrangência crescente, incorporando características de cada época.

ARTIGO II

ESTRATÉGIA, AÇÕES E ÁREAS ESTRATÉGICAS

1-4. CONCEITO

a. Como ficou evidenciado no item anterior, ao longo da história, a estratégia foi perdendo sua conotação puramente militar, a "arte do general", para atingir dimensões maiores e mais complexas. Foi uma conseqüência natural da evolução e ampliação das guerras, que obrigou o envolvimento de todo o poder nacional dos beligerantes para superar os óbices existentes.

b. No pós II GUERRA MUNDIAL firmou-se, entre os países e os estudiosos dos fenômenos estratégicos, o conceito de estratégia nacional, grande estratégia

ou estratégia total, bem como a subdivisão em níveis, tais como - governamental, específica (ou setorial) e operacional. A arma nuclear e a bipolaridade ideológica levou a novas concepções dos conflitos, o que afetou o emprego tradicional do poder militar no enfrentamento de guerras não declaradas, limitadas, revolucionárias e outras tipificações, levadas a efeito no contexto da chamada "GUERRA FRIA".

c. Paralelamente a esta dimensão nacional, o termo estratégia sofreu uma popularização. Qualquer atividade ou área humana pode ser classificada de "estratégia", como por exemplo: "estratégia" de venda de uma empresa; "estratégia" para a conquista de um campeonato de futebol; e "estratégia" de propaganda de um banco.

d. Todos os conceitos modernos de estratégia definem com clareza a sua subordinação à política, mesmo durante a eclosão de conflitos armados. Evitou-se, assim, a tendência natural do "fim" subordinar-se ao "meio" decorrente da preponderância do emprego da expressão militar do poder. O grande objetivo de qualquer conflito armado é alcançar a paz, um objetivo político, e não a "vitória pela vitória". Ademais, a aplicação desmedida das forças em campanha, a extensão dos teatros de operações e o desenvolvimento do poder aeroespacial inviabilizaram a acumulação das funções de "estadista" e de "comandante-em-chefe" numa mesma pessoa.

e. Desta forma, chega-se ao conceito de estratégia, como sendo, a arte de preparar e aplicar o poder para, superando óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política (Fig 1-1).

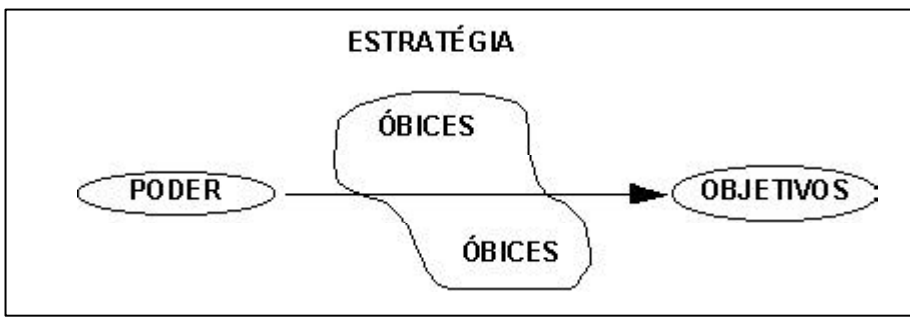

Fig 1-1. Conceito de Estratégia

f. No conceito de estratégia fica evidenciada a subordinação da estratégia à política, que a política define "o que fazer", que a estratégia define "o como fazer" e a necessidade de adjetivação da palavra estratégia, para compreensão real do seu significado e dos níveis a que se refere.

g. O estudo da estratégia importa, no seu relacionamento, com outros conceitos além da política e do poder, tais como conflitos, tempo, espaço, cenários, centros de poder e planejamento. A compreensão do moderno conceito de estratégia refere-se ao preparo e à aplicação de meios, parcelados ou globalizados, para atendimento dos objetivos fixados pela política.

1-5. AÇÕES ESTRATÉGICAS

a. O poder é o instrumento de que se vale a política para, mediante uma estratégia, conquistar e manter os objetivos. A estratégia se concretiza por intermédio das ações que empreende.

b. Ações estratégicas são as medidas, de natureza e de intensidade variáveis, voltadas para o preparo e aplicação do poder.

c. No que concerne às condições internas e externas, em que se realizam as ações estratégicas, elas podem ser encaradas como ações correntes ou ações de emergência.

(1) Ações correntes - São as relacionadas com as situações comuns, isto é, situações que podem ser configuradas como de rotina ou onde não se revelam alterações sensíveis da normalidade.

(2) Ações de emergência - São as que permitem atender às situações que recomendem ou exigem medidas incomuns, não rotineiras, até mesmo excepcionais, para serem eficazmente enfrentadas. Tais situações vão desde as calamidades públicas, como inundações ou incêndios de grandes proporções, até a iminência ou a efetivação de uma hipótese de emprego das forças armadas.

1-6. ÁREAS ESTRATÉGICAS

São as áreas de natureza geográfica (região) ou que envolvem atividades humanas (setor), nas quais se aplicam ações estratégicas. Na caracterização de tais áreas como estratégicas, será importante a constatação de óbices ou a possibilidade de seu surgimento. Desse modo, podem ser consideradas áreas estratégicas / setores como os da educação, da saúde ou das comunicações, da mesma forma que grandes vazios demográficos em áreas de interesse nacional, regiões de fronteira, grandes centros urbanos e industriais, e certas áreas no exterior, de particular interesse para o país.

CAPÍTULO 2

CONCEITOS BÁSICOS

ARTIGO I

PODER E ESTRATÉGIA NACIONAIS

2-1. PODER NACIONAL

a. Conjunto integrado dos meios de toda a ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais.

b. Para melhor compreensão é estudado em cinco expressões: política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar. Apesar de dividido por expressões, deve ser uno e indivisível.

c. O poder nacional apresenta-se como uma síntese de vontades e de meios de toda a ordem, destinado a cumprir um papel fundamental na sociedade nacional, de modo a assegurar-lhe sobrevivência, ordem, equilíbrio, coerência e desenvolvimento.

d. No conceito de poder nacional estão contidos dois elementos básicos: a vontade de agir e a capacidade dos meios para atingir os objetivos nacionais.

2-2. ÓBICES

a. São obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais.

b. Os óbices, existentes ou potenciais, podem dificultar ou impedir ações nas áreas do desenvolvimento e da segurança. Podem ser de ordem material ou

intangíveis. Resultam da natureza (secas, inundações), de fatos sociais (pobreza, analfabetismo) ou da própria vontade humana. Podem decorrer de condições estruturais ou conjunturais e variar na essência, na intensidade e na forma como se manifestam, ao longo do processo evolutivo do país.

c. Os óbices são classificados, conforme a inexistência ou presença de intencionalidade, em:

(1) fatores adversos - óbices de toda ordem, internos ou externos, que, destituídos do sentido contestatório, se interpõem aos esforços da sociedade ou do governo para conquistar e manter os objetivos nacionais;

(2) antagonismos - óbices internos ou externos que, manifestando atitude deliberadamente contestatória, se contrapõem à conquista e manutenção dos objetivos nacionais.

2-3. ESTRATÉGIA NACIONAL

a. Estratégia nacional é a arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela política nacional (Fig 2-1).

b. A estratégia nacional pode ser aplicada para atuar no desenvolvimento de uma área estratégica, adicionando-se a idéia de esforço continuado para superar obstáculos, bem como para prover a segurança necessária a um determinado Estado.

Fig 2-1. Conceito de estratégia nacional

2-4. DESDOBRAMENTOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL

Tal como na política nacional, pode-se identificar dois ramos da estratégia nacional: a de desenvolvimento e a de defesa. Essa divisão não lhe retira a unidade e a integração para conquistar e manter os objetivos nacionais.

a. Estratégia de Desenvolvimento - É a arte de preparar e aplicar o poder nacional para conquistar e manter os objetivos estabelecidos pela política de desenvolvimento, a despeito dos fatores adversos existentes, inclusive aqueles com potencialidade de utilização para gerar antagonismos.

b. Estratégia de Defesa Nacional - É o conjunto de opções e diretrizes governamentais que, em determinada conjuntura, orientam a nação quanto ao emprego dos meios de que dispõe, para superar as ameaças aos seus objetivos, conforme o estabelecido na Política de Defesa Nacional.

2-5. ESTRATÉGIA DE GOVERNO

a. Estratégia de governo é a arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos de governo, de acordo com a orientação estabelecida pela política de governo;

b. Tal como na estratégia nacional, a estratégia de governo abrange também as áreas do desenvolvimento e da defesa que, por sua vez, desdobram-se em estratégias específicas para cada expressão do poder nacional.

ARTIGO II

O CONFLITO E SUA RESOLUÇÃO

2-6. ESPECTRO DOS CONFLITOS

a. Considerações Gerais - Em uma sociedade e acima das pessoas há, normalmente, uma autoridade superior (tribunal) que garante direitos e aplica sanções. No caso das nações, não existe um órgão supremo que as subordine ou que as faça cumprir normas ou ainda, que tenha autoridade incontestável para resolver seus conflitos mediante uma simples sentença. Embora tentativas nesse sentido tenham sido feitas, tais empreendimentos não conseguiram ainda aprimorar o relacionamento entre os Estados, a ponto de evitar o surgimento de conflitos entre eles, nem obter, com freqüência, a resolução amistosa de litígios. Nesse contexto, verifica-se que impedir que as partes se agridam é uma tarefa complexa, sendo comum que elas, muitas vezes, independentemente de respaldo externo, agridam-se mutuamente apoiadas nos seus próprios meios.

b. Conceitos - Em estratégia, têm relevância as situações de paz, crise e conflito que, nos campos interno e externo do Estado, definem o espectro dos conflitos quanto ao grau de violência (Fig 2-2).

(1) Conflito - É o enfrentamento intencional entre oponentes, predispostos a usar variado grau de violência. Possui uma ampla faixa de abrangência que vai do conflito entre indivíduos ou grupos de indivíduos ao que ocorre entre Estados ou grupos de Estados. A guerra é o conflito no seu grau máximo de violência.

(2) Paz - É a ausência de lutas, violências ou graves perturbações, no âmbito do Estado. Os conflitos existentes não comprometem os interesses da nação.

(3) Crise - É um fenômeno complexo, de diversas origens, internas ou externas ao país, caracterizado por um estado de grandes tensões, com elevada probabilidade de agravamento, e risco de sérias conseqüências, não permitindo que se anteveja com clareza o curso de sua evolução.

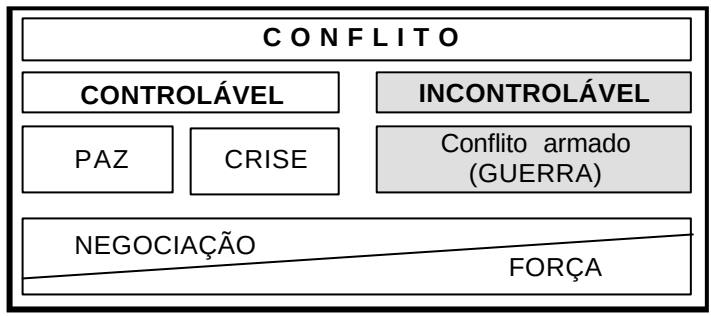

Fig 2-2. Espectro dos conflitos

c. Hipótese de emprego (HE) - É a antevisão de um quadro nacional ou internacional, marcado pela existência de óbices, em que o poder nacional deva ser empregado para enfrentar ações que possam comprometer interesses vitais da nação, e ainda:

(1) são elaboradas a partir da construção de cenários, que indicam a viabilidade de sua ocorrência com capacidade para colocar em risco os interesses maiores do Estado e que imporão a participação de todas as expressões do poder nacional para superá-los;

(2) serão as bases para os planejamentos estratégicos de preparo e emprego da Força Terrestre;

(3) têm que responder aos diferentes graus de violência de um possível conflito. Portanto, devem considerar que o conflito pode evoluir desde a situação de paz até a escalada máxima da violência, que é a guerra.

2-7. MÉTODOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL

a. O emprego do poder nacional, em determinadas situações, pode ocorrer com a atuação predominante de sua expressão militar. Tal situação, embora normalmente associada à idéia de conflito armado, por si só não caracteriza que ele ocorra ou que venha a ocorrer, pelo menos na forma de guerra declarada. Um exemplo seria um boqueio naval.

b. O Estado pode adotar, basicamente, dois métodos estratégicos para solucionar conflitos em que se veja envolvido:

(1) Método da estratégia direta - Caracteriza-se pelo emprego ou pela simples ameaça de emprego do poder nacional com predominância da expressão militar, de forma a coagir o adversário e, assim, alcançar uma solução para o

conflito que atenda aos interesses do Estado coator.

(2) Método da estratégia indireta - Caracteriza-se pelo emprego predominante de qualquer uma das expressões do poder nacional que não a militar, para persuadir ou coagir o adversário a aceitar determinada solução para o conflito. A persuasão emprega os meios diplomáticos, jurídicos e políticos. A coerção emprega os meios políticos, econômicos ou psicossociais, podendo a expressão militar, neste caso, atuar como coadjuvante da ou das expressões predominantes.

c. Em qualquer caso, por mais decisivo que seja o papel de uma expressão na solução desejada do conflito, não se pode esquecer que as demais expressões contribuem de forma complementar para a solução, uma vez que o poder nacional é indivisível.

2-8. FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os Estados podem adotar para a resolução de seus conflitos, basicamente, três formas: persuasão, dissuasão e coerção.

a. Persuasão - É uma forma não-violenta que emprega processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos.

(1) Diplomáticos - Negociações diretas, bons ofícios, mediação, congressos, conferências e sistemas consultivos.

(2) Jurídicos - Arbitragens, soluções judiciárias, comissões internacionais de inquéritos, comissões mistas, etc.

(3) Políticos - Interferências de organismos internacionais, como a ONU, a OEA e outros.

b. Dissuação - É uma forma intermediária entre a persuasão e a coerção, que está presente desde o tempo de paz, consistindo de medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise. Podem ser citados os seguintes exemplos: deslocamento de unidades militares, realização de manobras militares, aumento do poder militar na área onde ocorre a crise.

c. Coerção - É uma forma violenta de solução de conflitos, por meio da utilização, em nível variado, da capacidade de coagir do poder nacional.

(1) Pode-se verificar a coerção, por intermédio do emprego do poder nacional, com predominância eventual de ações estratégicas, de qualquer uma de suas expressões.

(2) Caracteriza-se a predominância de uma expressão sobre as demais quando esta expressão atua decisivamente para a solução do conflito.

(3) Como exemplos de formas coercitivas, sem que haja preponderância da expressão militar, podem ser citadas: a expulsão de agentes diplomáticos; a ruptura de relações diplomáticas; a proibição do uso do espaço aéreo, marítimo ou terrestre; embargos e boicotes; congelamento de bens; campanhas internacionais, etc.

(4) Os Estados em conflito podem empregar um ou mais tipos de coerção, de acordo com o seguinte esquema: por iniciativa própria, antecedendo qualquer ação do oponente; como retorsão, que consiste na aplicação das mesmas medidas impostas pelo oponente; como represália, que consiste na aplicação de medidas diferentes da adotada pelo oponente.

d. A figura 2-3 apresenta, esquematicamente, os métodos, formas de resolução, meios e exemplos relacionados à estratégia nacional.

<table>
<tr><th colspan="5">MÉTODOS E FORMAS ESTRATÉGICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS</th></tr>
<tr><th>MÉTODO</th><th>FORMA DE RESOLUÇÃO</th><th>MEIOS (predominantes)</th><th colspan="2">EXEMPLOS</th></tr>
<tr><td rowspan="5">ESTRA-TÉGIA INDIRETA</td><td rowspan="3">PERSUASÃO</td><td>DIPLOMÁTICOS</td><td colspan="2">- Negociações diretas
- Congressos e Conferências
- Bons ofícios
- Mediação
- Arbitragem</td></tr>
<tr><td>JURÍDICOS</td><td colspan="2">- Solução judiciária
- Comissões internacionais de inquérito
- Comissões mistas</td></tr>
<tr><td>POLÍTICOS</td><td colspan="2">- O N U
- O E A
- Outros organismos internacionais</td></tr>
<tr><td>DISSUASÃO</td><td>MILITARES</td><td colspan="2">- Existência e possibilidades de emprego</td></tr>
<tr><td>COERÇÃO</td><td>POLÍTICOS
ECONÔMICOS
PSICOSSOCIAIS</td><td>- Iniciativa própria
- Retorsão
- Represália não-armada</td><td>- Proibição do uso do espaço aéreo
- Embargo e boicote
- Congelamento de bens
- Expulsão de diplomatas
- Ruptura de relações diplomáticas</td></tr>
<tr><td rowspan="2">ESTRA-TÉGIA DIRETA</td><td>DISSUASÃO</td><td rowspan="2">MILITARES</td><td colspan="2">- Existência e/ou ameaça de emprego</td></tr>
<tr><td>COERÇÃO</td><td>- Iniciativa própria
- Represália armada</td><td>- Bloqueio naval
- Bloqueio aéreo
- Ações militares limitadas
- Guerra</td></tr>
</table>

Fig 2-3. Métodos e formas estratégicas de resolução de conflitos

2-9. MODELOS PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico nacional tem que ser realizado segundo uma visão prospectiva que permita a condução dos acontecimentos, evitando-se a surpresa. O impacto do binômio ciência e tecnologia, do crescimento industrial e dos fatores psicológicos na estratégia, em particular a militar, impõem aos Estados a necessidade de continuados planejamentos para o preparo e o emprego das expressões do poder nacional. Para a solução de conflitos podem ser adotados cinco modelos para o planejamento estratégico, considerando o poder relativo entre os oponentes, com base nas variáveis: meios, objetivos e graus de liberdade de ação existentes. Os modelos apresentados não são os únicos, mas os mais característicos dos tempos modernos:

a. Ameaça Direta - Aplica-se quando um dos oponentes possui considerável superioridade de meios sobre o outro (ou pode consegui-la por meio de alianças) e o objetivo perseguido é modesto (sem valor estratégico ou de pouca importância para o adversário ou para seus aliados). Neste caso, a simples ameaça de emprego da expressão militar pode levar o adversário a aceitar as condições que lhe são impostas ou a renunciar às suas pretensões. É a base da dissuasão.

b. Pressão Indireta

(1) É aplicável quando o objetivo perseguido é modesto, mas não se dispõe de meios suficientes para constituir uma ameaça decisiva ou, se dispondo de meios suficientes, a margem de liberdade de ação para empregá-los é pequena.

(2) A decisão será buscada por intermédio do emprego de ações políticas, diplomáticas, psicológicas e econômicas, isoladas ou combinadas, apoiadas ou não por ações militares.

c. Ações Sucessivas

(1) Sua aplicação ocorre, normalmente, quando o objetivo é importante, valorizado também pelo oponente, a margem de liberdade de ação é pequena e os meios são limitados.

(2) A decisão será buscada pelo emprego de uma série de ações sucessivas, combinando a ameaça direta e a pressão indireta, bem como limitadas ações em força.

(3) É uma combinação sutil de ações políticas, diplomáticas, psicológicas e militares, tendo sempre presente a preocupação de não escalar o conflito.

(4) A estratégia por ações sucessivas busca explorar a margem de liberdade de ação obtida pela manobra exterior, normalmente pequena, para execução de ações políticas, psicológicas e militares com o objetivo de alcançar a decisão e estabelecer um fato consumado. As fases das ações sucessivas se caracterizam pelo emprego da surpresa e pela rapidez de sua execução.

(5) Poderá, na sua aplicação, seguir o seguinte roteiro:

(a) definir um objetivo que seja de pouca importância para o adversário, isto é,cuja perda não provocará alterações sensíveis no equilíbrio de forças e, portanto, não deverá levar o oponente a empenhar todos os seus esforços para sua manutenção;

(b) o objetivo secundário escolhido deverá facilitar a conquista

posterior de outros objetivos;

(c) o objetivo definido deverá parecer suficientemente limitado, para ser aceito pela opinião pública mundial, assegurando o sucesso da manobra exterior;

(d) obter a superioridade local;

(e) conquistar o objetivo selecionado por meio de uma ação militar;

(f) manter durante as ações militares negociações com todas as partes envolvidas no conflito, direta ou indiretamente, principalmente após a conquista do objetivo selecionado, de forma a mostrar que o objetivo em pauta é limitado e que não há outras intenções além dessa conquista; em outras palavras, significa buscar ou manter um determinado grau de liberdade de ação, que possibilite, caso seja necessário, a continuidade do processo;

(g) mantida a liberdade de ação alcançada, mesmo que com ligeira redução, prosseguir na conquista de outro(s) objetivo(s) secundário(s), até a conquista do objetivo final;

(h) durante todo o processo é necessário evitar a escalada ao extremo do conflito, que resulte numa guerra total.

(7) Esta sistemática combina a ameaça direta, a pressão indireta e o conflito violento de natureza militar, com ênfase em ações limitadas e sucessivas. Cada etapa, analisada isoladamente, se enquadra na estratégia direta ou na estratégia indireta, mas, no conjunto, é indireta, pois as ações de natureza política, diplomática e psicológica são consideradas mais importantes e decisivas.

d. Conflito total prolongado com fraca intensidade militar

(1) Adotado quando o objetivo é importante, a liberdade de ação é grande, mas os meios disponíveis são muito escassos para se buscar uma decisão militar.

(2) Esta decisão será obtida pelo desgaste moral do adversário, por meio do desenvolvimento de um conflito de longa duração, de caráter total, cuja finalidade é levá-lo a um estado de cansaço e de prostração física e psíquica.

(3) Suas características são de um conflito de baixa intensidade, geralmente sob a forma de uma guerrilha generalizada, para obrigar o adversário, muito mais poderoso militarmente, a realizar esforços que não poderá manter indefinidamente, sem comprometimento de suas forças morais.

(4) Para o oponente mais fraco o problema principal é a necessidade de sobreviver e preservar os parcos meios materiais disponíveis, o que é alcançado pelo fortalecimento das forças morais, por intermédio da exploração de elementos aglutinadores e de coesão da alma nacional, tais como patriotismo, independência e religiosidade.

(5) Poderá ser empregado, ainda, quando o objetivo é muito valorizado pelo oponente mais fraco, mas, secundário para o mais poderoso. É a base da estratégia da resistência.

(6) A estratégia da resistência busca explorar a ampla margem de liberdade de ação proporcionada pela manobra exterior, para alcançar a decisão com meios militares, às vezes extremamente reduzidos, principalmente nas fases iniciais do conflito. Se aplica contra um oponente muito mais poderoso, que será levado a um estado geral de prostração física e moral.

(7) O objetivo fundamental é “saber durar na ação” e “não ganhar, mas durar sem perder”. Impedido pela manobra exterior de empregar seu poderio militar, o oponente, conduzindo uma luta prolongada num ambiente hostil, acabará admitindo que combate por interesses secundários, que podem ser cedidos, mesmo com o pesado desgaste político e psicológico resultante.

(8) No campo militar, a estratégia da resistência adquire, em geral, a forma de uma guerra não-convencional do tipo guerrilha.

(9) No BRASIL, a guerra de resistência conduzida pelos brasileiros, no século XVIII, contra o invasor holandês, é um exemplo histórico do emprego da estratégia da resistência.

(10) A manobra estratégica da resistência se desenvolve em dois planos:

(a) No plano material das forças militares - Em decorrência do poderio militar de um dos oponentes, o mais fraco tem como primeiro objetivo durar na ação para conservar os seus limitados meios militares. No âmbito estratégico, isto é conseguido por meio da adoção de uma atitude defensiva, evitando batalhas decisivas e, no campo tático, adotando uma postura ofensiva, fustigando constantemente o inimigo para minar sua vontade de lutar, mantendo o conflito e assegurando ampla liberdade de ação. De igual modo, obriga o adversário a dispersar suas forças, criando condições para a obtenção de pequenas e continuadas vitórias.

(b) No plano moral da ação psicológica - Tem como finalidade desenvolver e manter elevadas as forças morais dos combatentes e da população amiga e, simultaneamente, minar a vontade de lutar do inimigo e de seus aliados na zona de conflito. Para os combatentes e não-combatentes são explorados os valores patrióticos, religiosos, anseios de independência, reunificação e outros.

1) A fé na justiça da causa a defender será o elemento aglutinador para suportar os sofrimentos necessários à vitória.

2) No que concerne aos combatentes inimigos e seus aliados, procura-se demonstrar a impossibilidade de vitória, em que pese a diferença de poder, pois se luta por uma causa injusta, desumana e cruel.

3) No âmbito externo à zona de conflito, aproveitando todos os meios de comunicação disponíveis, buscar-se-á solapar a frente interna do oponente, explorando a injustiça da causa, a falta de interesse e de motivação para a intervenção, além da crueldade do conflito.

4) Em síntese, a estratégia da resistência tem como objetivo a vitória de um oponente dotado de meios militares extremamente limitados contra um adversário militarmente poderoso. A fraqueza material será plenamente compensada pelas forças morais, o solapamento da vontade de lutar do adversário e a adoção de estratégias e táticas inovadoras. A derrota do forte será conseqüência natural do seu cansaço (prostração) e da perda da vontade de lutar (derrota psicológica).

e. Conflito violento com forte intensidade militar

(1) É aplicável quando oponentes dotados de meios militares poderosos buscam a conquista de objetivos importantes.

(2) A decisão é buscada mediante a obtenção de uma vitória militar, num conflito violento e, se possível, de curta duração.

(3) O principal objetivo é a destruição das Forças Armadas do oponente.

f. Combinação de modelos

(1) Os modelos devem ser tomados como exemplos e não como soluções estanques e definitivas, pois quanto maior é a aproximação a modelos e a fórmulas, mais nos afastamos da arte da condução da guerra.

(2) Para cada conflito haverá um planejamento estratégico específico, resultante da relação entre liberdade de ação, meios e objetivos, considerando-se as deficiências de um oponente e as possibilidades do outro.

(3) A figura 2-4 permite uma visão completa dos diversos modelos, suas características e relacionamento com um dos métodos da estratégia nacional.

MODELOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		
MODELOS	**CARACTERÍSTICAS**	**ESTRATÉGIAS**
AMEAÇA DIRETA	- Objetivo modesto. - Superioridade de meios de um dos oponentes. - Margem de liberdade de ação é normal. - Base da estratégia da dissuasão.	DIRETA
PRESSÃO INDIRETA	- Objetivo modesto. - Meios limitados (ou se forem potentes, a margem de liberdade de ação para empregá-los é pequena).	INDIRETA
AÇÕES SUCESSIVAS	- Objetivo importante. - Meios limitados. - Margem de liberdade de ação é pequena. - Base da estratégia de ações sucessivas.	DIRETA INDIRETA
CONFLITO TOTAL PROLONGADO (fraca intensidade militar)	- Objetivo importante. - Meios muito escassos. - Margem de liberdade de ação é grande. - Base da estratégia da resistência.	INDIRETA
CONFLITO VIOLENTO (forte intensidade militar)	- Objetivo importante. - Meios militares muito potentes. - Se possível de curta duração. - Margem de liberdade de ação é normal.	DIRETA

Fig 2-4. Modelos de planejamento estratégico

ARTIGO III

ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL

2-10. CAMPOS DE ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL

A estratégia desenvolvida para se obter a solução adequada do conflito, tendo como referencial a zona de sua ocorrência, abarca dois campos de atuação distintos, mas interdependentes: o exterior e o interior à zona de conflito. Assim, pode-se afirmar que há uma manobra exterior e uma manobra interior.

a. Manobra exterior

(1) A idéia central da manobra exterior reside em assegurar o máximo de liberdade de ação, como o apoio de organismos internacionais (ONU, OEA, OTAN, etc), países amigos e/ou simpatizantes, organizações não-governamen-

tais, opinião pública internacional e, na própria frente interna do inimigo, principalmente de sua opinião pública e de organizações que se oponham ao conflito, com a finalidade de paralisar o adversário por meio de uma combinação de ações de natureza política, econômica, psicológica e, em algumas situações, militar, esta com toda variação possível de atuação.

(2) A manobra exterior deve assentar-se em um bom tema político, concebido em função das grandes motivações do momento e bem adaptado ao fim visado, como por exemplo: desejo de salvaguarda da paz, descolonização, antiimperialismo, autodeterminação dos povos, não-ingerência em assuntos internos, racismo, genocídio, preservação ecológica e direito a um espaço vital.

(3) De acordo com o tema político, a manobra exterior pode incluir, dentre outras, as seguintes ações:

(a) atuar em respeito às normas do direito e apelar para os valores morais e humanitários, de forma a criar, no adversário e na sua frente interna, dúvidas quanto à justiça da causa que defende, provocando cisões na sua coesão moral e, acima de tudo, de modo a despertar simpatias no campo internacional, justificando a causa que advoga;

(b) explorar, nos organismos internacionais e nas organizações não-governamentais simpatizantes, o clima político resultante, de forma a isolar política e economicamente o adversário e, se possível, manietá-lo, impedindo-o de levar a cabo determinadas ações ou de lançar mão de todas as possibilidades de seu poder nacional na zona de conflito;

(c) obter ajuda sob a forma de fornecimento de equipamentos e armamentos, pessoal técnico, voluntários e mesmo de tropas;

(d) empregar a expressão militar; e

(e) tranqüilizar outros adversários potenciais, quanto ao alcance dos objetivos visados.

b. Manobra interior

(1) A manobra interior será desencadeada na zona onde se desenvolve o conflito e tem como finalidade primordial desenvolver e manter as forças morais da população e das forças regulares e/ou irregulares amigas, por meio da exploração de idéias-força como patriotismo, independência nacional, liberdade religiosa, descolonização e elevação do nível de vida. Simultaneamente, buscar-se-á minar o moral das forças combatentes do oponente e de seus aliados na zona de conflito.

(2) A manobra interior, aproveitando a liberdade de ação obtida com a manobra exterior, deve explorar, na zona de conflito e nas suas áreas de influência:

(a) as vulnerabilidades estruturais do adversário, obrigando-o a protegê-las, mediante a dispersão de seus meios;

(b) as atividades que visam assegurar a lealdade da população, conduzindo-a a não colaborar com o oponente;

(c) as fraquezas morais do oponente, para minar o seu poder de combate.

c. Aplicação das manobras exterior e interior - Ambas as manobras são aplicáveis a qualquer método da estratégia nacional, mas suas concepções são mais adequadas à estratégia indireta, na qual atuam, de forma preponderante, as expressões psicossocial e política.

2-11. FASES DA ESTRATÉGIA NACIONAL

Num quadro de crise, a estratégia, normalmente, desenvolve-se em três fases:

a. Fase da preparação - Nesta fase realizam-se diversas ações, tais como:

(1) preparação da opinião pública, por meio de ações psicológicas, para suportar os encargos psicossociais, políticos, econômicos e militares decorrentes da execução da estratégia proposta;

(2) legitimação das operações militares que possam ocorrer na fase da execução diante da opinião pública mundial e nacional, perante governos aliados e neutros, por meio de uma campanha que deve estar apoiada em um tema político com profundas implicações morais, mas sempre coerente com o objetivo perseguido;

(3) consideração quanto à reação de países neutros ou aliados ao desenvolvimento da estratégia escolhida, de forma a eliminar ou, no mínimo, reduzir a ocorrência de circunstâncias aleatórias que, normalmente, provocam profundas alterações na liberdade de ação obtida por ocasião do início das ações;

(4) isolamento do inimigo com a aplicação de medidas, entre as quais destacam-se: a realização de tratados e/ou alianças; a promessa de partilha de território ou de privilégios; a tranqüilização de adversários potenciais, quanto ao valor ou alcance dos objetivos visados; a concessão de garantias a países neutros e a exploração de temas ideológicos;

(5) previsão da resposta do Estado adversário e, por conseguinte, adoção de medidas para neutralizá-la;

(6) considerações quanto à possibilidade de fracasso militar, aos apoios que se pode obter se a vitória demorar, às conseqüências de uma derrota, às possibilidades de se minorar os riscos por meio de uma saída honrosa e interrupções previsíveis no desenvolvimento da estratégia estabelecida.

b. Fase da execução - De acordo com a estratégia adotada (direta ou indireta), avolumam-se as ações da expressão do poder que será decisiva para a solução do conflito ou para atingir o objetivo.

(1) No caso da estratégia direta

(a) É a fase da realização das operações militares, quando se deve procurar criar o fato consumado, por meio de uma vitória rápida e definitiva. Para isso, tem significativa importância o momento do início das hostilidades. Deve-se procurar uma situação em que o adversário esteja envolvido com situações capazes de afetar sua capacidade de reação.

(b) As ações diplomáticas e de operações psicológicas, realizadas previamente, devem ter propiciado um ambiente internacional favorável, bem

como condições para que o adversário seja surpreendido e facilmente desorganizado.

(c) As atividades não-militares, especialmente as políticas, continuam tendo grande importância para a paralisação de elementos potencialmente hostis e para a galvanização de simpatias.

(2) No caso da estratégia indireta

(a) É a fase da realização das ações nos campos político, econômico e psicossocial, que devem permitir completar o isolamento do inimigo, no âmbito externo, e separar a sociedade do governo, no âmbito interno, colocando-o em xeque perante a própria nação. Com isso, busca-se o enfraquecimento do Estado adversário. Estas ações também são fundamentais para a manutenção da liberdade de ação.

(b) As ações militares, ou a simples ameaça de seu emprego, são desencadeadas com o propósito de desgastar o inimigo e/ou conquistar objetivos secundários, visando auxiliar as demais expressões do poder nacional. Estas, por sua vez, estarão desenvolvendo ações com vistas a provocar a submissão definitiva do inimigo.

(c) As operações militares devem ser dosadas, normalmente com pouca intensidade e com longa duração (resistência).

(d) Podem, por outro lado, constituir um conjunto de operações sucessivas, cada uma isoladamente de grande intensidade, curta duração, limitada no espaço e dirigida contra objetivo ou objetivos secundários (ações sucessivas).

c. Fase da exploração - Nesta fase, torna-se imprescindível a consolidação da vitória alcançada. Nesse sentido, faz-se necessária a análise das possibilidades do oponente no que concerne às manobras interior e exterior, bem como, à avaliação do novo equilíbrio de poder resultante dessa vitória. Essa análise poderá ser orientada por meio das respostas às seguintes questões:

(1) Quais devem ser as conseqüências da vitória?

(2) Quais as condições para o restabelecimento da paz?

(3) Que atitude deve-se adotar no futuro?

(4) Quais devem ser os novos objetivos?

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIA MILITAR

ARTIGO I

A GUERRA

3-1. A GUERRA

a. Guerra e paz

(1) Vários filósofos, desde a antigüidade, vêm se preocupando com o fenômeno bélico, manifestação de violência coletiva conduzida e coordenada por um líder ou por um grupo.

(2) Atualmente, os estudos sobre a guerra a inserem num espectro mais amplo, o dos conflitos. As modernas investigações sobre suas origens e causas buscam um campo de pesquisa relativo ao conflito humano, que abrange também o tempo de paz. Partem do princípio que se pode admitir a existência de aspectos comuns entre os vários tipos de conflitos humanos, entre os quais, como fenômeno social, existe um grau máximo: a guerra.

(3) No conflito, a hostilidade não se manifesta apenas pela violência física, podendo evidenciar-se por outras formas (econômicas, psicológicas e diplomáticas). O conflito pressupõe um choque intencional que implica numa vontade hostil, ou seja, a intenção de causar danos ou prejuízos ao adversário.

(4) Em conseqüência, para ser possível defender a nação numa guerra, a estrutura militar deve estar sempre em condições de atuar com eficácia, pois quando a guerra surge não há tempo para improvisações nem oportunidade para arrependimentos tardios: é necessário empreender ações decisivas, coordenadas e objetivas, criteriosamente planejadas desde o tempo de paz.

b. Guerra e estratégia

(1) A guerra ultrapassa em muitos aspectos a estratégia. É possível admitir, pelo menos teoricamente, uma guerra sem estratégia, pois entre muitos

povos primitivos a guerra não era propriamente conduzida, mas antes travada como um fenômeno espontâneo e irrefletido, ou seja, sem estratégia. A estratégia implica a existência de uma vontade consciente para dirigir e coordenar os esforços, o que pressupõe um plano deliberado de ação.

(2) Da mesma forma, a estratégia também ultrapassa o "ato de guerra" em si, pois busca proporcionar a uma unidade política as melhores condições de segurança. Participa de uma série de ações em todas as expressões do poder, que permitirão enfrentar da forma mais adequada as eventuais ameaças e as hipóteses de guerra admitidas. A estratégia envolve, também, a concepção de desenvolvimento de todos os tipos de forças, de acordo com as potenciais ameaças, compatibilizando-as com a capacidade do poder nacional. Neste âmbito, o seu papel é permanente.

(3) Assim, a estratégia prevê o uso da força, o que pode incluir ou não seu emprego em combate. Situações há em que o efeito desejado, imposição da vontade ao adversário, é obtido por outras formas de tirar partido da força. Em resumo, a estratégia trata não só da aplicação da força, mas também da sua exploração e, ainda, da promoção do seu desenvolvimento. O seu papel não é, portanto, intermitente, mas permanente. Relaciona-se com medidas a adotar em tempo de guerra e com ações adotadas em tempo de paz, que visam a determinadas ameaças e hipóteses de emprego.

(4) À estratégia militar cabe não só o planejamento das ações militares previstas nas hipóteses de emprego, mas, também, o planejamento voltado para o preparo da expressão militar.

c. Classificação das guerras

(1) Guerra regular - Conflito armado no qual as operações são executadas, predominantemente, por forças regulares. Caracteriza-se por ser extrema e entre Estados; declarada, embora tal condição não venha sendo observada na atualidade; reconhecida pelos organismos internacionais; e utilizando, em princípio, a plena capacidade das forças militares.

(a) Guerra convencional - É a forma de guerra realizada dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, podendo ser total ou limitada, quer pela extensão da área conflagrada, quer pela amplitude dos efeitos a obter. É o principal objetivo da preparação e do adestramento das Forças Armadas da grande maioria dos países.

(b) Guerra nuclear - É a forma de guerra caracterizada pelo uso de armas nucleares estratégicas (grande poder de destruição e lançamento por vetores de grande alcance, tais como, aviões e mísseis balísticos intercontinentais) ou de combate nuclear tático (menor poder de destruição e lançamento por vetores de curto e médio alcance, tais como, aviões, mísseis táticos e artilharia). Pode ser total ou limitada, tanto pela extensão da área conflagrada, quanto pelos efeitos desejados.

(2) Guerra irregular - Conflito armado executado por forças não-regulares, ou por forças regulares fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilha.

(a) Guerra insurrecional - Conflito interno, sem apoio de uma ideologia, auxiliado ou não do exterior, em que parte da população empenha-se

contra o governo para depô-lo ou obrigá-lo a aceitar as condições que lhe forem impostas.

(b) Guerra revolucionária - Conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia e auxiliado do exterior, que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da nação.

(c) Guerra de guerrilha - É a forma de guerra conduzida por grupos ou forças não-regulares, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com a finalidade de desgastar sua capacidade militar.

(d) Guerra de resistência nacional - É a forma de guerra na qual as Forças Armadas de um país militarmente fraco emprega táticas de guerrilha, ou forças irregulares, para resistir e expulsar um invasor militarmente mais poderoso, contando com o apoio da totalidade ou de parcela ponderável da população.

(3) Guerra total - É a forma de guerra na qual os beligerantes usam todo o seu poder militar, sem restrições quanto aos métodos e engenhos e mesmo quanto às leis convencionais de guerra.

(4) Guerra limitada - É o conflito armado entre Estados ou coligação de Estados, sem a amplitude da guerra total, caracterizado pela restrição implícita ou consentida dos beligerantes, tais como espaço geográfico restrito ou limitação do poder militar empregado, pelo menos por um dos beligerantes.

(5) Guerra externa - Conflito armado, total ou limitado, entre Estados ou coligações de Estados.

(6) Guerra interna - Conflito armado no interior de um país, regular ou não, visando atender tanto a interesses de um grupo ou do povo como a objetivos políticos de um Estado ou coligação de Estados.

ARTIGO II

BASES E MÉTODOS DA ESTRATÉGIA MILITAR

3-2. CONCEITO DE ESTRATÉGIA MILITAR

Estratégia militar é a arte de preparar e aplicar meios militares para a consecução e manutenção de objetivos fixados pela política nacional. Nesse contexto, a estratégia militar integra a estratégia nacional e subordina-se à política.

3-3. BASES DA ESTRATÉGIA MILITAR

a. A concepção das operações da ação militar trata da caracterização objetiva da natureza das operações a serem empreendidas, das espécies de forças e materiais necessários, bem como do respectivo momento de emprego, em face das hipóteses de conflito geradas pela escalada de uma crise. Delineia a forma da guerra possível, tendo em vista as condicionantes impostas pelas possibilidades militares dos oponentes, pela geografia e pelos meios disponíveis. Define, finalmente, as ações estratégicas que devem ser realizadas pelas Forças Armadas, os teatros de guerra, e os teatros de operações onde essas ações terão curso quando da concretização da hipótese considerada.

b. O espaço geográfico necessário à condução das ações estratégicas é dividido em: Teatro de Guerra (TG), Teatro de Operações (TO) e Zona do Interior (ZI).

c. Teatro de Guerra é o espaço geográfico (terrestre, marítimo e aéreo) que estiver ou possa vir a ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra.

d. Um TG deve comportar um ou mais TO.

e. TO é a parte do TG necessária à condução de operações militares de vulto, nestas incluído o respectivo apoio logístico.

f. Além da idéia de área geográfica, a concepção de TO designa o escalão de comando responsável pela condução da estratégia operacional. O teatro de operações pode ser terrestre (TOT) ou marítimo (TOM), conforme predominem as operações terrestres ou marítimas.

g. Zona do Interior é a parte do território nacional não incluída nos TO.

3-4. MÉTODOS DA ESTRATÉGIA MILITAR

Considerando as diversas concepções estratégicas, pode-se adotar como métodos da estratégia militar os seguintes:

a. Estratégia direta

(1) A decisão será obtida pelo emprego de forças militares como meio principal e o objetivo será a destruição das Forças Armadas inimigas e a conquista de seu território, em princípio, por meio de uma ação frontal direta.

(2) Normalmente, quando um Estado possui flagrante superioridade da expressão militar do seu poder nacional sobre a do adversário e dispõe de liberdade de ação ou assume os riscos da inexistência dessa liberdade, desenvolve a estratégia direta. Idêntica atitude adota o Estado que conclui que somente a ação da expressão militar permitirá alcançar, de forma decisiva, uma solução adequada para o conflito.

(3) Por outro lado, o recurso à estratégia direta deve ser bastante ponderado em virtude da crescente importância do fator psicossocial. Haverá sempre o risco que os resultados obtidos na execução sejam anulados, ou substancialmente diminuídos, pela resistência da população ou pelo surto de guerrilhas. Na atualidade, uma guerra não se desenvolve, apenas, nos campos de batalhas das forças oponentes, mas no contexto das nações.

(4) A dissuasão convencional, fruto da existência de meios militares e da possibilidade de seu emprego, enquadra-se no âmbito da estratégia direta.

b. Estratégia da aproximação indireta

(1) A decisão será obtida pela adoção de linha de ação que vise desequilibrar física e psicologicamente o adversário, anulando sua capacidade de reação.

(2) O objetivo será evitar o confronto físico, mas se isso não for possível, travar a batalha da forma menos custosa para o atacante. Em síntese, o que se deseja alcançar é a paralisia estratégica do inimigo, principalmente do seu comando político e militar. O desequilíbrio físico e psicológico do inimigo será vital para a obtenção da vitória. Esse desequilíbrio será alcançado pelo emprego de uma ação contra a retaguarda ou as bases de apoio do inimigo, evitando-se o confronto direto com suas forças principais. As forças blindadas e o poder aéreo deram nova dimensão à concepção da estratégia da aproximação indireta, pois permitiram maior rapidez e profundidade ao ataque contra o sistema nervoso e as bases econômicas do inimigo, representados pelos centros de comunicações, postos de comandos, instalações logísticas, centros industriais, organização civil do esforço de guerra e a base moral de sua população.

(3) A concepção estratégica da aproximação indireta, por privilegiar a participação da expressão militar na obtenção da decisão, se enquadra na estratégia direta. Somente sua aplicação será indireta.

c. Estratégia Indireta

(1) A decisão será buscada pela utilização preponderante de ações políticas, econômicas e psicológicas.

(2) As ações desenvolver-se-ão na zona de conflito e, principalmente, no espaço exterior a essa zona, ou seja, no âmbito de Estados aliados, organismos internacionais, opinião pública mundial e na própria frente interna do oponente.

(3) A estratégia indireta possui duas formas básicas de manobras estratégicas, considerando o valor da expressão militar participante, a margem de liberdade de ação existente no cenário internacional e o tempo necessário para a obtenção da decisão: manobra estratégica por ações sucessivas e manobra estratégica de resistência.

(4) A opção pela estratégia indireta ocorre em decorrência da inferioridade de meios militares e/ou da falta de liberdade de ação e, ainda, da convicção de que a solução para o conflito pode e deve ser obtida sem o emprego da violência.

d. Estratégia Nuclear

(1) O surgimento da arma nuclear, sob a forma de bombas atômicas, bombas de hidrogênio ou bombas de nêutrons, associado à evolução dos vetores de lançamento, tais como bombardeiros estratégicos, mísseis balísticos inter-continentais, mísseis balísticos lançados por submarinos, mísseis de médio alcance ou de alcance tático, revolucionou de forma marcante a arte da guerra, ante a perspectiva da destruição mútua dos contendores. As grandes potências passaram a utilizar-se das chamadas “guerras por procuração”, normalmente conduzidas sob a forma de conflitos limitados e localizados ou sob a forma de guerra revolucionária.

(2) A guerra estratégica nuclear é o conjunto de operações visando o emprego de armas nucleares contra as fontes de poder do inimigo e contra as suas forças estratégicas de ataque.

(3) Não sendo o BRASIL uma potência nuclear, as ações, no campo da estratégia militar, se restringem àquelas que referem-se à formação de alianças, à celebração de tratados de cooperação, entre outras, com os países detentores de tecnologia nuclear.

ARTIGO III

CONCEPÇÃO DA AÇÃO MILITAR

3-5. CONCEPÇÃO DA AÇÃO MILITAR

a. Objetivos de guerra

(1) A concepção da ação militar deve estar calcada no objetivo que o Estado pretende atingir ao término do conflito. Esse objetivo denomina-se "objetivo político de guerra" ou simplesmente "objetivo de guerra", e tem como propósito a paz subseqüente à guerra.

(2) São exemplos de possíveis objetivos de guerra:

(a) rendição incondicional;
(b) manutenção do "status quo";
(c) conquista de uma faixa de segurança;
(d) ampliação territorial;
(e) manutenção do equilíbrio de poder;
(f) conquista da independência;
(g) difusão de ideologias políticas ou religiosas;
(h) substituição de governo;
(i) implantação de novo regime político-econômico;
(j) conquista de posições de alto valor estratégico;
(l) extinção de um Estado.

(3) Logicamente, um objetivo de guerra deve ter condições de ser alcançado pelo emprego do poder nacional e vai condicionar tanto a finalidade, quanto a intensidade do esforço a ser despendido.

b. Centro de gravidade

(1) Centro de gravidade é o ponto no organismo do Estado adversário (militar, político, territorial, econômico ou social) que caso seja conquistado, ou o inimigo dele perca o efetivo controle, toda sua estrutura de poder desmoronará.

(2) O conhecimento do centro de gravidade condiciona o objetivo ou os objetivos de guerra, que devem ser escolhidos.

c. Liberdade de ação - A política nacional, responsável por estabelecer os objetivos de guerra, pode sofrer limitações decorrentes de diversas circunstâncias, que influenciarão ou não a liberdade de ação. Caso o Estado leve em consideração essas limitações, sua liberdade de ação estará reduzida. Caso contrário, o Estado manterá sua liberdade de ação à custa de sensíveis riscos políticos, econômicos, psicossociais ou militares. Aceitando limitações, a política nacional poderá impor condicionantes à formulação da estratégia militar, tais como:

(1) ritmo a imprimir às operações;
(2) intensidade e extensão da violência;
(3) emprego de força aérea e/ou de mísseis estratégicos;
(4) bloqueio naval;
(5) áreas restritas.

d. Concepção da ação militar

(1) Considerando os objetivos de guerra e as condicionantes impostas pela política nacional à condução da ação militar, os planejadores devem estar em condições de determinar a concepção da ação militar.

(2) A concepção da ação militar abrange os seguintes aspectos:

(a) definição dos objetivos militares que devem permitir alcançar o objetivo político de guerra;

(b) estabelecimento dos meios militares necessários à ação militar;

(c) ações estratégicas militares que devem ser implementadas;

(d) ajustamento da concepção da ação militar;

(e) determinação dos objetivos estratégicos.

(3) Objetivos militares

(a) A escolha dos objetivos militares deve levar em conta as seguintes idéias:

1) os objetivos militares jamais podem ser maiores (mais amplos) que o objetivo de guerra (caso ocorra tal absurdo, configura-se um descompasso, com possíveis evoluções incontroláveis da situação);

2) o objetivo de guerra condiciona os objetivos militares, quanto ao esforço da expressão militar na área geográfica em que esse objetivo de guerra deverá ser atingido;

3) caso o objetivo de guerra se refira ao exercício de soberania sobre uma área em disputa, há muita probabilidade de que o objetivo militar venha a se relacionar também com a mesma área;

4) se a área litigiosa for muito ampla ou importante para um dos contendores, é possível que o ou os objetivos militares venham a ser estabelecidos em relação a elementos do poder antagônico, tidos como mais apropriados para se obter a quebra da vontade de lutar do oponente, independente do posicionamento geográfico dessa área;

5) nos conflitos de grande envergadura, a amplitude dos objetivos de guerra tende a liberar geograficamente os objetivos militares.

(b) Os objetivos militares devem ser os que permitam uma variação favorável na relatividade dos poderes que se confrontam, por meio de uma ação militar direta. O potencial militar, o potencial econômico e a vontade combativa são os elementos passíveis de serem afetados diretamente por uma ação militar.

(c) São exemplos de objetivos militares:

1) destruição ou neutralização das forças militares inimigas;

2) destruição ou ocupação de centros do poder nacional adverso, particularmente nas expressões política e econômica;

3) obtenção do controle da população;

4) seccionamento de ligações que transmitem e dinamizam o poder nacional;

5) ocupação de um território, área, cidade;

6) corte do fluxo de suprimento;

7) neutralização dos meios de sustentação do esforço de guerra adversário;

8) manutenção de um determinado espaço geográfico, visando ganhar tempo para outras ações;

9) desgaste do inimigo de forma a vencê-lo pela resistência;

10) fixação estratégica das forças adversárias ou pulverização (dispersão) dos seus meios;

11) contribuição para dissociar o governo da população.

(4) Estabelecimento dos meios necessários - Definidos os objetivos militares preliminares, deve-se proceder a uma avaliação dos meios necessários para conquistar tais objetivos, bem como fazer um levantamento dos meios disponíveis.

(5) Levantamento das ações estratégicas - De posse da definição dos objetivos preliminares e dos meios militares disponíveis, os planejadores estabelecem as ações estratégicas que devem, numa primeira aproximação, permitir, em melhores condições, a conquista dos objetivos propostos.

(6) Ajustamento da concepção da ação militar - Da confrontação entre objetivo político de guerra, condicionantes políticas, quadro geográfico, relação de forças, objetivos militares preliminares e forças disponíveis, são realizados os reajustamentos necessários à concepção da ação militar. É possível que, nesta fase do processo, se chegue à conclusão, em virtude das condicionantes ou dos meios disponíveis, que a missão é inexeqüível, ou seja, que a ação militar não poderá atingir os objetivos preliminares fixados. Neste caso, podem-se levantar outras linhas de ação, tais como:

(a) abandonar determinadas condicionantes e aceitar os riscos decorrentes;

(b) verificar a possibilidade de alocar novos meios;

(c) fixar objetivos militares menos ambiciosos;

(d) modificar as ações estratégicas propostas, chegando mesmo a alterá-las, de forma a abandonar uma estratégia direta e adotar uma estratégia indireta;

(e) rever o objetivo político da guerra e, por conseguinte, elaborar uma nova concepção da ação militar.

(7) Determinação dos objetivos estratégicos

(a) Objetivo estratégico é aquele cuja conquista, destruição ou neutralização contribui para abater a estrutura política, militar, científico-tecnológica, psicossocial ou econômica de um dos oponentes, privando-o dos recursos necessários ao prosseguimento da guerra.

(b) Os objetivos estratégicos, para efeito de estudos, podem ser relacionados em dois grandes grupos:

1) decorrentes da concepção política (que tanto podem estar implícitos como explícitos), onde podem ser encontrados os próprios objetivos estratégicos pretendidos com a guerra e os centros vitais de uma área estratégica;

2) objetivos que decorrem dos tipos e formas das operações que podem ser realizadas numa determinada área, referentes àqueles de interesse imediato para a execução das ações estratégicas previstas (centros demográficos e industriais, instalações de importância, acidentes geográficos notáveis da área, instalações militares e civis relacionadas com os transportes terrestres, marítimos ou aéreos, nós rodoferroviários, pontos críticos, usinas elétricas, represas, obras-de-arte).

3-6. CONCEPÇÃO DA AÇÃO NÃO-MILITAR

a. Simultaneamente à definição de objetivos de guerra, um Estado deverá, também, determinar a concepção da ação não-militar, quando adota uma estratégia direta, para orientar a ação das demais expressões do poder nacional, de forma a melhor favorecer a ação militar.

b. Na estratégia indireta a ação militar é definida em função das ações que devem ser desenvolvidas pelas demais expressões do poder nacional.

c. Nos tempos atuais proliferam as ações correspondentes às estratégias indiretas, tais como provocações, pressões de origens diversas e motivações variadas, aspectos psicológicos, pregação persuasiva (que não se deixa identificar como tal), penetração cultural e ideológica, guerras por procuração e guerrilhas, e ações que se valem da comunicação social (geralmente explorando causas nobres como a ambiental, a do desarmamento mundial e regional e a dos direitos humanos).

d. É com base na compreensão deste cenário que se deve considerar as atitudes, medidas e ações estratégicas a adotar, sempre com vistas à conquista e/ou manutenção dos objetivos nacionais.

e. Por não ser objeto específico do presente manual, as ações não-militares não serão aqui estudadas. Cumpre, entretanto, ressaltar que tais ações, sempre presentes, mesmo na estratégia direta, deverão orientar-se para o esforço nacional de guerra ou de evitar a guerra, desde o tempo de paz, sem contudo implicar a paralisação das atividades imprescindíveis à continuidade da vida nacional.

3-7. ESTRATÉGIAS DAS FORÇAS SINGULARES

A estratégia militar definirá os objetivos para cada força singular e dará origem às suas estratégias, abaixo definidas:

a. Estratégia naval - É a arte de dispor e acionar os elementos para as ações marítimas, em conexão com as suas bases e com a utilização de meios aéreos. Garante o domínio do mar para exercer o controle das vias marítimas, tanto ao longo das costas como em pleno oceano, e impedir o adversário de aproveitá-las.

b. Estratégia aérea - É a arte de articular bases e empregar meios para ganhar e manter a supremacia ou a superioridade aérea e atacar objetivos no interior do território inimigo.

c. Estratégia operacional terrestre - É a arte de dispor Grandes Comandos, Grandes Unidades, e Unidades terrestres e conduzi-las para a batalha.

3-8. PRINCÍPIOS DE GUERRA

a. Do estudo das guerras, constata-se que elas têm aspectos de ciência e de arte. Do ponto de vista científico, a história das guerras é marcada pela

evolução da tecnologia, resultando no desenvolvimento constante dos engenhos e na conseqüente mudança das condições de batalha. Como arte, o estudo envolve uma análise crítica e histórica do ambiente bélico, de onde se pode extrair muitas lições, entre as quais alguns princípios fundamentais, suas aplicações e combinações ao longo do tempo. Um dos produtos dessas análises, tanto da arte quanto da ciência, é o conjunto de princípios de guerra, que exprimem os ensinamentos oriundos da História. Não são, porém, princípios imutáveis nem casuísticos, nem eles por si só asseguram receitas infalíveis para a vitória. São aspectos gerais que se estendem desde a estratégia até a tática.

b. A adoção desses princípios tem apresentado variações no espaço e no tempo, ou seja, os princípios adotados em um país não são, necessariamente, os mesmos adotados em outros, ou os adotados numa época são diferentes dos de outra. Essa variação ocorre até mesmo entre as próprias Forças Armadas de um mesmo país, devido à diferente natureza de suas atividades. Quanto ao fator tempo, países ou forças militares têm adotado princípios mais adequados a determinada conjuntura, devido a problemas que passam a enfrentar, relegando a segundo plano princípios consagrados até então.

c. A análise desses princípios pode também auxiliar na avaliação da concepção estratégica militar dos países ou forças que os adotam e, em conseqüência, permite conhecer o enfoque doutrinário de cada um. A seguir, é apresentado um quadro comparativo dos princípios de guerra adotados no BRASIL pelas forças singulares.

MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA
Objetivo	Objetivo	Objetivo
Ofensiva	Ofensiva	Ofensiva
Simplicidade	Simplicidade	Simplicidade
Controle	Unidade de Comando	Unidade de Comando
Concentração	Massa	Massa
Economia de meios	Economia de forças	Economia de forças
Mobilidade	Manobra	
Surpresa	Surpresa	Surpresa
Segurança	Segurança	Segurança
Moral		
Exploração		
Prontidão		
		Cooperação

d. Os princípios de guerra adotados pelo Exército são analisados no manual de campanha C 100-5 - OPERAÇÕES.

ARTIGO IV

ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA

3-9. ESTRATÉGIA DA PRESENÇA

a. Preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional.

b. É efetivada não só pela criteriosa articulação das unidades no território (presença seletiva), como também, pela possibilidade de fazer-se presente em qualquer parte dele, quando for necessário, configurando a mobilidade estratégica.

3-10. ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO

a. Consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam.

b. A dissuasão se apóia nos fatores capacidade, credibilidade, comunicação e incerteza com relação a determinadas incógnitas, como por exemplo o comportamento de outras nações. A dissuasão não pode ser um blefe.

c. A dissuasão é defensiva quando um Estado dispuser de meios suficientemente potentes para conter e revidar o golpe inicial do oponente e puder contar com desenvolvida capacidade de mobilização. O objetivo é dissuadir o oponente de tomar a decisão de empregar seus meios de ataque, diante da incerteza de que alcançará resultados compensadores.

d. A dissuasão é ofensiva quando a existência de meios potentes é um fator de convencimento da inutilidade do oponente se opor a uma ação que se pretenda realizar.

e. A capacidade de conduzir uma guerra irregular, numa administração de crise preparada a partir de uma perspectiva de longo prazo, pode contribuir para a dissuasão de uma agressão potencial.

f. Qualquer que seja a natureza da dissuasão, sua finalidade é evitar o conflito armado.

3-11. ESTRATÉGIA DA AÇÃO INDEPENDENTE

Consiste no emprego do poder nacional de um país, particularmente de sua expressão militar, de forma independente, por iniciativa e decisão de seu governo, quando estiverem ameaçadas a consecução e a garantia de seus objetivos nacionais, com base no princípio da legítima defesa e mesmo à revelia dos organismos internacionais.

3-12. ESTRATÉGIA DA ALIANÇA

Consiste no emprego do poder nacional com preponderância da expressão militar, conjugada à expressão militar de um ou mais países, constituindo uma aliança ou coalizão de Estados cujos objetivos coincidam com seus interesses.

3-13. ESTRATÉGIA DA OFENSIVA

Preconiza a idéia de realizar as ações necessárias a enfrentar ameaças internas ou externas, por meio de ações ofensivas realizadas num quadro de conflito armado, mesmo em território estrangeiro, para facilitar operações em curso, sem qualquer intenção de anexação e com a finalidade de proteger os recursos nacionais.

3-14. ESTRATÉGIA DA DEFENSIVA

a. Consiste na realização das ações necessárias para garantir a integridade do território nacional, para proteger a população e para preservar os recursos materiais do Estado.

b. Possui caráter eventual e transitório no âmbito da manobra estratégica, sendo de caráter permanente no que concerne à defesa territorial.

3-15. ESTRATÉGIA DA PROJEÇÃO DO PODER

a. Consiste na participação da expressão militar além fronteiras, em situações que favoreçam o respaldo crescente de um país na cena internacional, seja por iniciativa própria ou por solicitação de organismos internacionais.

b. Como exemplo, temos as forças de paz e as forças expedicionárias.

3-16. ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA

a. Consiste em desgastar, por meio de um conflito prolongado, um poder militar superior, buscando seu enfraquecimento moral pelo emprego continuado de ações não-convencionais e inovadoras, como, por exemplo, táticas de guerrilha.

b. Essas ações poderão ser conduzidas por forças regulares atuando fora dos padrões operacionais da guerra convencional e/ou por forças irregulares.

c. Na execução dessa estratégia, assumem papel preponderante as ações psicológicas para conquista da opinião pública internacional, visando o enfraquecimento da frente interna do oponente, bem como a conquista do apoio incondicional da totalidade ou de parcela ponderável da população. Nesse sentido, a postura ética e humanitária no trato com o oponente contribuem para essas conquistas, podendo, no decorrer do conflito, inverter a direção da propaganda adversa.

d. A eficácia dessa estratégia baseia-se, fundamentalmente, nas seguintes premissas:

(1) as ações devem ser conduzidas no território nacional;

(2) o TO deve ser adequadamente amplo, de modo a favorecer a dispersão das ações;

(3) os centros urbanos constituem-se em atrativos operacionais. Neste particular, o centro de gravidade estratégico do oponente deverá localizar-se em área urbana;

(4) considerar que determinados pontos críticos e sensíveis, localizados em ambiente rural, também constituem-se em atrativos operacionais;

(5) a Força Terrestre deve manter seus quadros adestrados, também, nas operações não-convencionais, seja em ambiente rural, seja em ambiente urbano;

(6) a Força Terrestre, por intermédio de suas organizações militares desdobradas no território nacional, deve manter-se permanentemente integrada à sociedade, de modo a fortalecer sua credibilidade perante a opinião pública, facilitando o ajustamento do caráter nacional a esse tipo de estratégia, quando se fizer necessário; e

(7) o sistema de inteligência deve buscar o conhecimento das peculiaridades e deficiências do oponente, de modo a transformá-las em vulnerabilidades, por intermédio de ações seletivas das forças de resistência, minando o poder de combate desse oponente.

CAPÍTULO 4

MANOBRA DE CRISE

ARTIGO I

CONCEITOS E REGRAS GERAIS

4-1. CONCEITOS E PRINCÍPIOS BÁSICOS

a. A estratégia de crise, no seu sentido mais amplo, é a intencionalidade de gerar ou agravar uma perturbação nas relações nacionais ou internacionais como forma de alcançar objetivos políticos importantes. A manobra de crise é a técnica da condução deste processo.

b. Na manobra de crise dois princípios devem ser levados em conta por aqueles que têm a responsabilidade pela sua condução. O primeiro deles refere-se à autoridade que irá gerenciar o processo. É importante ter-se consciência de que a manobra de crise deve se constituir em atribuição do mais alto nível do poder nacional e possuir rapidez de resposta, ou seja, os que tomam as decisões devem ser os mesmos que as aprovam. O segundo refere-se à grande flexibilidade que os procedimentos de planejamento deverão admitir, pois as crises se constituem em eventos dinâmicos e fluidos. As atividades de planejamento do grupo decisor devem basear seus procedimentos no tempo disponível e na importância de cada crise.

4-2. REGRAS GERAIS DA MANOBRA DE CRISE

Algumas regras gerais para a condução da manobra de crise serão enumeradas a seguir:

- manter inegociáveis os objetivos nacionais, uma vez que as crises são conflitos de interesses e não de princípios;

- manter o autocontrole sobre o próprio comportamento e procurar exercer controle sobre o do oponente;
- evitar o excesso deliberado de violência e prevenir o inadvertido, pelo efetivo controle político das ações de toda a natureza;
- evitar a diversificação desnecessária dos objetivos e propósitos;
- evitar opções irreversíveis, mantendo a liberdade de ação para escalar ou distender;
- deixar aberturas para o entendimento e saídas honrosas para o oponente;
- procurar o apoio das opiniões públicas nacional e internacional, influindo permanentemente nas mesmas;
- manter abertos canais diretos de comunicação com o partido oposto;
- refrear o curso dos acontecimentos, empregando as forças com flexibilidade e controle, para que sejam repensadas e diminuídas as tensões emocionais;
- não atribuir importância a eventos e fatos aparentemente pequenos, que possam gerar um crescente aumento no grau de complexidade;
- reconhecer os dilemas do oponente, que estará também em busca de um resultado final que atenda aos seus interesses;
- servir-se de constante e íntimo relacionamento entre os domínios das considerações políticas, econômicas, psicossociais e militares;
- controlar as informações ao público e exercer atividades de operações psicológicas;
- empregar as Forças Armadas em ações não facilmente classificáveis como atos de guerra, mais como ameaça para dissuadir ou persuadir, ou para demonstrar a disposição de escalar, sendo a violência armada compatível com os interesses em jogo;
- manter prontidão permanente dos segmentos do poder nacional que estão sendo ou poderão ser empregados no desenvolvimento do conflito;
- exercer pressões políticas e diplomáticas;
- explorar indiretamente personalidades, dissidentes e grupos de opinião;
- obter e usar o apoio de aliados ou alinhados;
- exercer pressões econômicas;
- realizar demonstrações de força por meio da mobilização, ativação da estrutura de guerra e movimentação de forças militares.

4-3. COMPORTAMENTO POLÍTICO

a. A manobra de crise é uma atividade de cunho estratégico de alto risco, pelos valores que estão em jogo durante a sua realização. Muitas vezes uma decisão oportuna e inteligente, durante uma crise, pode ser distorcida ou anulada no decorrer da sua execução por fatores, fatos ou atos que fogem ao controle daqueles que a conceberam. Pela passionalidade que normalmente acompanha uma crise, os acontecimentos às vezes tomam rumos inesperados ou são fácil e intencionalmente distorcidos. Cumpre às autoridades condutoras do processo o estabelecimento de diretrizes, normas e regras de fácil interpretação, que traduzam com fidelidade as diretrizes de procedimento para os diversos níveis que, mesmo inadvertidamente, tenham ou possam vir a ter interação com a crise.

b. A primeira condição a ser definida é o comportamento político a ser adotado, ou seja, qual a política de manobra de crise a ser seguida. Os comportamentos podem ser definidos pela seleção de uma das três tendências básicas, passíveis de serem adotadas por um dos partidos: escalar, estabilizar ou distender.

(1) Escalar - Aceitar o risco sugerido no desafio, com o objetivo de testar a firmeza do oponente ou criar uma nova situação que apresente um grau considerável de risco para o oponente.

(2) Estabilizar - Neutralizar o desafio do oponente, no sentido de aguardar ou provocar conjunturas mais propícias ou ganhar tempo para reunir novas forças.

(3) Distender - Diminuir as tensões, minimizando os riscos de uma escalada inoportuna e criando condições de negociação em níveis mais baixos de hostilidades.

4-4. POLÍTICAS DE MANOBRA DE CRISE

A seguir, apresentam-se quatro tipos de política de manobra de crise, que podem servir de esquema para a elaboração das regras de engajamento para os atores do poder nacional (corpo diplomático, Forças Armadas e forças policiais), que poderão vir a ser protagonistas de ocorrências imprevistas envolvendo o poder oponente.

a. Desescalar a todo custo - O governo procura diminuir a intensidade da crise. Suas forças devem evitar qualquer comportamento que se possa transformar em pretexto para que sejam hostilizadas ou provocadas pelas forças oponentes. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor só serão executadas em resposta a ações hostis, aceitando o governo o risco de um ataque de surpresa do oponente e, até mesmo, ceder na defesa de algum interesse.

b. Desescalar - O governo não tem a intenção de elevar a intensidade da crise, não autorizando a execução de ações que possam ser interpretadas como provocação. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor serão executadas somente como resposta a uma ação ou intenção hostil.

c. Escalar se for o caso - Como conseqüência de provocações, o governo deve manter atitude firme e aceitar o risco de aumentar a intensidade da crise. As ações autorizadas pelas regras de engajamento em vigor devem ser rapidamente executadas, de forma clara e firme, como reação a qualquer hostilidade ou provocação.

d. Escalar - Com o propósito de comprovar a credibilidade psicológica, o governo aceita o risco de elevar a intensidade da crise, devendo suas forças adotar atitude provocadora com relação às forças oponentes.

4-5. REGRAS DE ENGAJAMENTO

a. A fim de gerir da melhor maneira o emprego das Forças Armadas no curso de uma crise, controlando sua evolução de modo consoante com os objetivos políticos, utiliza-se o concurso das regras de engajamento. Tal termo define, no que diz respeito às Forças Armadas, uma série de instruções predefinidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na zona de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades responsáveis. As regras de engajamento terão por base a política definida nos escalões decisórios e deverão ser tão minuciosas e específicas, quanto o permitam o conhecimento sobre a situação criada e as reais intenções do oponente.

b. As regras de engajamento servem, ainda, para harmonizar três elementos potencialmente contraditórios: a intenção política, o limite operacional imposto pelo ordenamento jurídico e pela opinião pública e a necessidade de autodefesa das unidades militares. A ação política exige que a presença militar seja ostensiva e, como tal, vulnerável. As regras de engajamento atendem normalmente ao pressuposto de que é direito e dever do comandante de uma unidade garantir a segurança de seus subordinados e dos civis colocados sob sua proteção, observando o princípio da necessidade e da proporcionalidade do uso da força.

ARTIGO II

ETAPAS E NÍVEIS DA MANOBRA DE CRISE

4-6. ETAPAS DA MANOBRA DE CRISE

a. A manobra de crise deverá compreender três etapas, cada uma delas comportando uma metodologia distinta.

b. Na primeira etapa são visualizadas as nossas vulnerabilidades e as intenções dos possíveis oponentes, incluindo a eclosão do desafio.

c. Na segunda etapa realiza-se o planejamento e executa-se uma reação a partir do desafio ocorrido.

d. A terceira etapa caracteriza-se pela condução da crise durante o processo de escalada, de estabilização ou de distensão, até o acordo ou compromisso final.

4-7. NÍVEIS DA MANOBRA DE CRISE

a. Pode-se atribuir à manobra de crise basicamente quatro níveis de planejamento e execução, os quais irão se relacionar, em maior ou menor grau, com as atividades a serem desenvolvidas pela força terrestre: o político, o estratégico, o estratégico-operacional e o tático.

b. Ao nível político compete responder pela condução da primeira etapa, da manobra de crise, uma vez que esta se confunde com o próprio processo de planejamento da ação governamental. Por intermédio da equipe de governo, a partir dos objetivos nacionais e das diretrizes presidenciais, este nível realiza a avaliação da conjuntura e estabelece a concepção política nacional, a qual definirá basicamente os objetivos nacionais para o período considerado. Tal concepção é estruturada com base nos cenários elaborados durante a avaliação da conjuntura e desenvolve-se por meio do estudo das hipóteses de emprego, estabelecendo, em decisão política, o cenário desejado.

c. O nível político da manobra de crise deverá ser conduzido pela estrutura responsável pelo estabelecimento da concepção política nacional, cujos integrantes deverão acompanhar constantemente a situação nacional e internacional, avaliando o progresso das medidas implementadas e as reações desencadeadas pelos pólos de poder por elas afetados. Serão os responsáveis, portanto, por não sermos surpreendidos por uma crise provocada por um oponente ou por sabermos explorar oportunamente uma vulnerabilidade de outro ator, agravada por fatores do momento. No seu trabalho em relação às crises, os seguintes pontos deverão ser prioritariamente desenvolvidos:

(1) avaliação diária da conjuntura;

(2) levantamento e acompanhamento das vulnerabilidades das partes envolvidas;

(3) levantamento e análise de fatos portadores de futuro;

(4) determinação da existência ou não de intenção nos fatos levantados;

(5) busca de relacionamento entre os fatos portadores de futuro, sejam eles contemporâneos ou não;

(6) levantamento dos possíveis atores intervenientes e de suas possíveis e prováveis intenções;

(7) determinação da abrangência e da importância da crise potencial, caso desencadeada;

(8) estudo prospectivo das condições ideais para sua eclosão, seja como alvo ou provocador;

(9) atualização da concepção política, quando se fizer necessário.

d. No momento da eclosão do desafio, o nível político será o responsável por definir o comportamento político a ser adotado, ou seja, a política de manobra de crise a ser seguida - basicamente adotando um dos quatro modelos apresentados - e o cenário desejado ao final da crise, definindo ainda o que deverá ser conquistado e o que poderá ser negociado.

e. A concretização de tal cenário deverá ser o objetivo da fase seguinte: a fase estratégica.

f. Ao nível estratégico cabe definir os processos a serem adotados para atingir os objetivos definidos, ou seja, o estabelecimento das estratégias de crise, embora a condução do processo permaneça como atribuição do mais alto nível decisório.

g. Nesse nível é realizada uma análise das trajetórias que levam ao cenário imposto e selecionado o melhor caminho para a sua concretização. A partir daí, é elaborada a concepção estratégica nacional, que se constitui em uma coletânea de diretrizes estratégicas que servirão de base para os planos nacionais setoriais, cuja execução será função de prazos e orçamentos.

h. O gabinete de crise realizará um estudo prospectivo visando determinar os possíveis caminhos para atingir o cenário desejado, atendendo às restrições impostas pelo nível político. A seleção do melhor caminho definirá a opção estratégica para a crise e a sua correspondente diretriz estratégica. Baseado nesta diretriz será elaborado pelo gabinete o plano de crise, que definirá as ações a serem executadas nos cinco campos do poder para concretizar o desafio ou para desencadear a resposta. O plano de crise estabelecerá ainda os procedimentos alternativos para o caso de escalada não desejada e estabelecerá as regras de engajamento, regulando desta forma também a terceira etapa.

i. Os níveis estratégico-operacional e tático são exercidos respectivamente pelos comandos operacionais das forças singulares e pelas unidades desdobradas no TO.

CAPÍTULO 5

PLANEJAMENTO MILITAR DE GUERRA

ARTIGO I

GENERALIDADES

5-1. INTRODUÇÃO

a. Nos dias atuais, a estrutura de defesa de um país deve estar organizada de forma a proporcionar um preparo coordenado e integrado das forças terrestre, naval e aeroespacial, que permita a sua aplicação como um todo harmônico, na execução de ações nos TG, nos TO ou nas ZD da ZI.

b. A força terrestre, instrumento de ação do poder terrestre, tem um papel fundamental nos conflitos. A afirmação desse poder se faz pela ocupação e controle de áreas estratégicas terrestres vitais para a defesa nacional e essenciais para a consecução dos objetivos fixados.

5-2. BASES DA SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO

a. Estratégia militar é a arte de preparar e empregar meios militares para conquistar e manter os objetivos fixados pela política nacional.

b. A preparação é realizada desde o tempo de paz, por meio de ações estratégicas (ações correntes) planejadas para desenvolver e adaptar a expressão militar, até que esta atinja uma capacidade que lhe permita, após fortalecida pela mobilização, ser aplicada na condução da guerra e na manutenção da paz subseqüente.

c. O emprego é realizado por meio de ações estratégicas, planejadas desde o tempo de paz e executadas em situação de guerra. Pode ser resumido nas ações estratégicas de deslocamento, concentração e manobra, a cargo dos comandos das forças singulares.

d. A estratégia militar no TG envolve, normalmente, as ações estratégicas militares no TOT, TOM, defesa aeroespacial, defesa territorial e operações aeroestratégicas.

e. Se possível, devem ser organizados, desde o tempo de paz, grandes comandos operacionais combinados ou núcleos dos mesmos, à semelhança do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA).

f. A sistemática de planejamento utilizada é realizada em três níveis:
(1) planejamento governamental;
(2) planejamento de guerra;
(3) planejamento das forças singulares.

ARTIGO II

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

5-3. GENERALIDADES

A metodologia de planejamento enfocada no presente manual baseia-se no modelo preconizado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e ajusta-se ao cenário político nacional.

5-4. FASES DO PLANEJAMENTO

a. O método de planejamento governamental comporta as fases política e estratégica.

b. Nas duas fases, as atividades de inteligência são de grande importância, sobretudo quando é sabido que a política e a estratégia nacionais estão sempre sujeitas à evolução da conjuntura nacional e internacional.

c. Fase política

(1) O produto da fase política é o estabelecimento dos objetivos nacionais para um dado período de tempo.

(2) A fase política abrange duas etapas: Avaliação da Conjuntura e Concepção Política Nacional (CPN).

d. Fase estratégica

(1) A consecução dos objetivos determinados na fase política é o que se pretende alcançar na fase estratégica.

(2) Ela abrange quatro etapas: Concepção Estratégica Nacional (CEN), elaboração de planos, execução e controle.

(3) A Fig 5-1 representa, esquematicamente, as referidas fases.

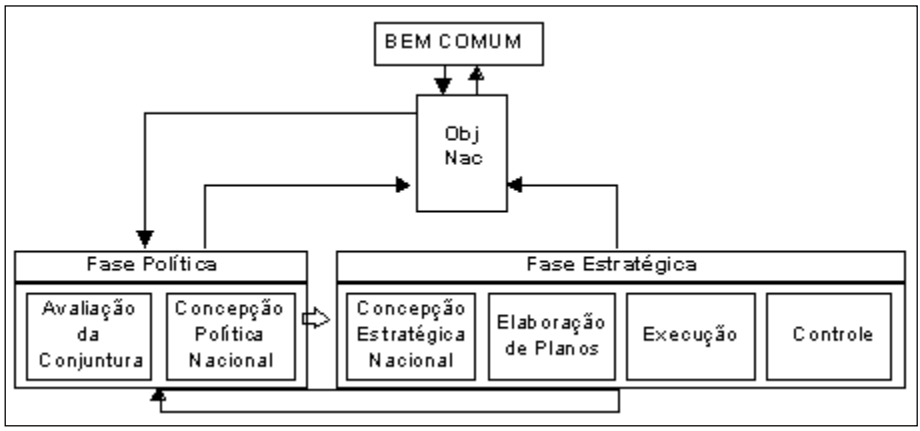

Fig 5-1. Planejamento governamental

5-5. ETAPAS DA FASE POLÍTICA

a. Avaliação da Conjuntura

(1) A avaliação da conjuntura é o processo ordenado de conhecimento da realidade nacional passada e presente e de sua evolução nos âmbitos nacional e internacional, tendo em vista o emprego do poder nacional para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais.

(2) Esta etapa comporta três estágios: a análise da situação, a avaliação do poder nacional e a elaboração de cenários.

(3) A Fig 5-2 representa as etapas da fase política.

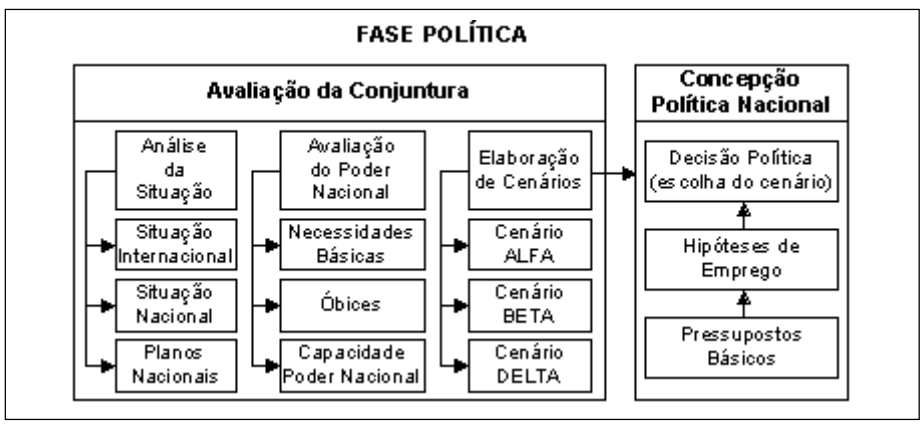

Fig 5-2. Fase política

b. Concepção Política Nacional

(1) A concepção política nacional determina a decisão política, que nada mais é que a escolha do cenário prospectivo que se deseja alcançar, dentre aqueles levantados na avaliação da conjuntura.

(2) Como decorrência do cenário escolhido, tem-se nesta etapa final da fase política, o estabelecimento das políticas adequadas.

5-6. ETAPAS DA FASE ESTRATÉGICA

a. Concepção Estratégica Nacional (CEN)

(1) A concepção estratégica nacional é o estudo, a definição e a indicação das estratégias a serem seguidas para se alcançar o cenário adotado pela concepção política. Não se indaga mais o que fazer, mas como fazer. A CEN é a trajetória que a ação política deve seguir para que se concretizem os objetivos nacionais estabelecidos na fase política (1ª fase). Não se questionam os objetivos da ação política, já definidos, mas os meios para alcançá-los. Esta etapa do planejamento desdobra-se em três estágios: análise de trajetórias, opção de estratégia e diretrizes estratégicas.

(2) Na análise de trajetórias consideram-se:

(a) o período de tempo compreendido entre a situação atual e a desejada;

(b) a natureza das ações estratégicas concebidas (programas, projetos e atividades), sua compatibilidade e seu encadeamento no tempo;

(c) a avaliação das trajetórias possíveis, quanto a custos comparativos, probabilidades de êxito e graus de risco.

(3) A opção estratégica é a escolha da trajetória, ou seja, da estratégia a adotar na execução do planejamento.

(4) As diretrizes estratégicas têm a finalidade de orientar a elaboração, a execução e o controle dos planos nacionais.

b. Elaboração de Planos

(1) Com base nas diretrizes estratégicas, são elaborados os diversos Planos.

(2) Convém ressaltar a existência do Plano Nacional de Inteligência (PNI) e do Plano Nacional de Mobilização (PNM) entre outros.

(3) Esses planos devem apresentar os programas, projetos e atividades que lhes conferem operacionalidade, especificando seus objetivos, metas, recursos, entidades executoras, bem como os mecanismos para acompanhamento, avaliação e permanente realimentação (controle).

5-7. PLANEJAMENTO DE GUERRA (PG)

Trata-se de um planejamento de nível governamental, contendo planos para a condução da guerra nas diferentes expressões do poder nacional.

ARTIGO III

PLANEJAMENTO MILITAR DE GUERRA

5-8. PLANEJAMENTO MILITAR DE GUERRA

a. É realizado no nível do Ministério da Defesa. Fundamenta-se, prioritariamente, na missão constitucional das Forças Armadas e permite uma conclusão sobre o estabelecimento da política e das estratégias militares específicas e globais.

b. Conceito Estratégico Militar (CEMil)

(1) É um conjunto de documentos elaborados normalmente quando se caracteriza uma ameaça, com base nos diversos planos de guerra e na avaliação estratégica militar da conjuntura.

(2) Tem por finalidade orientar as atividades necessárias ao preparo e ao emprego oportuno e adequado da expressão militar, e ao planejamento delas decorrente.

c. Diretriz para o Planejamento Militar (DPM) - Este documento destina-se a proporcionar uma orientação mais aprofundada para o planejamento militar, estabelecendo as ações que serão desenvolvidas para preparar as forças singulares.

d. Plano Militar de Guerra (PMG) - É o plano que visa ao emprego coordenado das Forças Armadas, na ocorrência de um conflito.

e. Planos de Campanha

(1) São os planos que regulam o emprego das forças colocadas à disposição do TOT e/ou do TOM para o cumprimento das missões atribuídas pelo PMG. O planejamento deve ser realizado com bastante antecedência em relação à eclosão do conflito.

(2) O planejamento é realizado desde o tempo de paz pelas forças singulares. No caso da força terrestre, ativado o TO, seu comandante ajusta o plano de campanha à conjuntura do conflito e coordena os reajustes a serem efetuados por seus escalões subordinados nos planos operacionais. Realizados os ajustes, os planos são transformados em ordens de operações.

f. Direito Internacional Humanitário

(1) Também denominado direito da guerra, é o conjunto de normas internacionais que regulam o uso da força ao indispensável, com o fim de evitar sofrimentos inúteis entre inimigos, e assegurar a proteção às vítimas que as hostilidades não puderem evitar. Seu propósito é tentar conciliar as necessidades militares e os requerimentos humanitários.

(2) As quatro Convenções de GENEBRA,de 1949, e os protocolos adicionais I e II, de 1977, compõem, entre outros protocolos, os instrumentos que regulam o direito internacional humanitário, reconhecido pelo BRASIL. Portanto, o Exército deve observar, no que concerne aos planejamentos operacionais da força terrestre, os princípios e as normas que orientam a condução das operações militares.

CAPÍTULO 6

PLANEJAMENTO DO PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

ARTIGO I

GENERALIDADES

6-1. CARACTERIZAÇÃO

A metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) é uma orientação prática e racional que visa sistematizar o processo de tomada de decisões, para que se alcancem os objetivos desejados com economia de meios, em menor tempo e com os melhores resultados. Mais especificamente, significa a coordenação das atividades realizadas por todos que intervêm no planejamento, quer suas responsabilidades sejam de assessoramento, quer sejam de decisão.

6-2. ETAPAS DE PLANEJAMENTO

De modo genérico, em cada nível de planejamento, as etapas mais características do processo são:

- estudo da situação;
- decisão;
- elaboração de planos;
- desencadeamento das ações planejadas;
- supervisão e controle.

6-3. PLANEJAMENTO PROSPECTIVO

Resulta da aplicação de técnicas de investigação ou estudos prospectivos, com base na análise dos chamados fatos portadores de futuro. Esta visualização prospectiva permite integrar a formulação das concepções políticas e estratégicas do presente com as projetadas no futuro.

ARTIGO II

SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO EXÉRCITO (SIPLEX)

6-4. FINALIDADES

a. O SIPLEX tem, em síntese, as seguintes finalidades:

(1) estabelecer um método de planejamento no mais alto nível da doutrina militar terrestre;

(2) racionalizar as atividades de planejamento e a execução das ações em vários níveis e setores;

(3) acompanhar o planejamento e a execução das ações, realimentando e controlando o sistema;

(4) propiciar as melhores condições para o cumprimento da missão do Exército Brasileiro com eficiência, eficácia e efetividade.

b. O objetivo do SIPLEX é a obtenção de unidade de pensamento e de ação doutrinária, nas concepções político-estratégicas, logística e operacional.

6-5. FASES E ETAPAS DO PLANEJAMENTO

a. Missão do Exército

(1) É o farol que orienta toda a metodologia.

(2) A definição da missão do Exército é o ponto de partida para os estudos e elaboração de documentos, em todas as fases e etapas subseqüentes.

b. Fase de Avaliação

(1) A fase de avaliação do Exército compõe-se de dois estágios: análise e síntese.

(a) Análise:
1) situação internacional;
2) situação nacional;
3) políticas e estratégias em curso;
4) apreciação do Exército;
5) cenários.

(b) Síntese:
1) necessidades básicas do Exército;
2) prováveis ameaças;
3) óbices;
4) capacidade do Exército;

5) indicações para políticas e estratégias do Exército.

(2) Na avaliação é elaborado um diagnóstico da instituição, com base na conjuntura. No entanto, voltada para o futuro, busca vislumbrar as tendências de evolução da arte da guerra, das inovações tecnológicas e seus reflexos no material de emprego militar, das prováveis ameaças e a correlação dessas tendências com as necessidades futuras em termos de preparo e emprego da força terrestre. Ao final da síntese, são estabelecidas as indicações para a formulação de políticas e estratégias, orientando as etapas seguintes.

(3) Para a força terrestre, os cenários de curto prazo abarcam um período de cinco anos (aproximadamente, a duração de um governo), os de médio prazo se referem a um período de quinze anos (duração do ciclo de vida do material de emprego militar e de evolução da doutrina), e os de longo prazo, que indicam um período de cerca de trinta anos (correspondente à carreira de um militar).

c. Fase Política

(1) É a fase em que se estabelecem as formulações ou concepções políticas, visando ao emprego e preparo do Exército.

(2) Esta fase compreende uma única etapa do método, em que se elabora a Política Militar Terrestre.

(3) A Política Militar Terrestre compreende as opções políticas no que se refere à doutrina militar terrestre e suas interações com a organização, o preparo e o emprego do Exército.

(4) Os objetivos do Exército constituem as aspirações básicas e a orientação geral para o planejamento. Correspondem não só às suas necessidades, como resultam de uma nítida percepção de seu papel como instituição nacional, permanente e democrática no contexto da nação brasileira.

(5) Em síntese, pode-se dizer que a Política Militar Terrestre expressa o "que fazer", em termos de opções e orientações políticas, gerais e específicas, indispensáveis à realização do planejamento estratégico subseqüente.

(6) O conhecimento, por parte de todos os integrantes do Exército, da Política Militar Terrestre, em particular dos seus objetivos e da sua missão, é condição necessária e essencial para que se obtenha a desejada convergência de esforços e unidade de pensamento e ação.

d. Fase estratégica

(1) Etapa da Concepção Estratégica do Exército (CEEx)

(a) Com a CEEx, deflagra-se a fase estratégica do método. Procura-se definir as grandes opções estratégicas de preparo e emprego, buscando sobrepor-se aos óbices existentes ou potenciais. Compreende:

1) fundamentos e condicionantes do preparo e emprego;

2) áreas estratégicas e suas implicações para o preparo e emprego da força terrestre:

a) concepção estratégica de emprego;

b) hipóteses de emprego;

c) concepção estratégica de preparo e da evolução do Exército;

d) concepção estratégica de preparo da força terrestre;

e) concepção estratégica da participação do Exército na

manutenção da integridade nacional.

(b) É um documento que observa as indicações previstas na avaliação do Exército e, também, de amplitude, aprofundamento e detalhamento adequado às projeções no tempo e no espaço, dos sucessivos patamares a serem alcançados pelo seu preparo e sua evolução.

(2) Etapa das diretrizes estratégicas - As diretrizes estratégicas visam ao detalhamento das ações políticas estabelecidas, em grandes linhas, na CEEx, balizando todo o planejamento subseqüente. Em princípio, a cada opção política básica e a cada política orientada para sistemas de primeira ordem do Exército corresponderá uma diretriz.

(3) Etapa do planejamento do preparo estratégico do Exército.

(a) Nesta etapa do método são elaborados os planos básicos do Exército. O planejamento do preparo estratégico possibilita configurar, em cada horizonte de planejamento, os sucessivos patamares a serem alcançados na trajetória de evolução do Exército. Daí a imposição de seu contínuo e permanente ajustamento à estatura político-estratégica do BRASIL.

(b) O primeiro plano básico a ser elaborado é o Plano de Estruturação do Exército (PEEx), que trata de todos os aspectos relativos à sua organização e sua articulação, em particular da força terrestre, visando ao preparo de curto prazo e às suas projeções a médio e longo prazos. Abrange, pois, período em torno dos trinta anos, o que por si só comprova fundamentar-se na visão prospectiva e seus cenários.

(c) O PEEx é da responsabilidade do Estado-Maior do Exército (EME) e permite visualizar as necessidades atuais e projetadas em todas as áreas de atividades.

(d) O último plano básico a ser elaborado é o plano econômico-financeiro, onde são estabelecidas as metas, em termos de quantificação e distribuição dos recursos de toda ordem, necessários aos projetos e programas integrados, de acordo com as ações, prioridades e prazos estabelecidos no PEEx e demais planos básicos.

(e) Deve-se destacar a necessidade de interação permanente e intensa em todo o planejamento do preparo do Exército, em especial, porque o plano de estruturação, ao estabelecer as ações e prioridades desse planejamento, servirá de base para a orientação objetiva e atualização do planejamento econômico-financeiro.

(4) Etapa do planejamento operacional - Efetiva-se com a elaboração dos planos operacionais da força terrestre, conforme já foi exposto anteriormente, para sobrepor-se aos óbices. É elaborado de acordo com as concepções estratégicas de emprego definidas na CEEx e com as orientações específicas das diretrizes estratégicas de defesa, estabelecidas pelo EME. O planejamento operacional decorre, também, das diretrizes estratégicas voltadas para o preparo, tais como, estruturação, pessoal, instrução e doutrina, de modo a considerar os meios efetivamente disponíveis em sucessivos prazos.

(5) Etapa da execução das ações

(a) Concretiza os diversos planejamentos. Engloba, além da implementação das ações, as atividades de supervisão, integração, coordenação e controle.

(b) Finalmente, a realimentação - atividade de informações contínua e permanente, oportuna e confiável, de avaliação dos resultados, possibilitando a adoção de medidas e decisões acertadas, quer ao longo da elaboração do planejamento, quer na execução das ações.

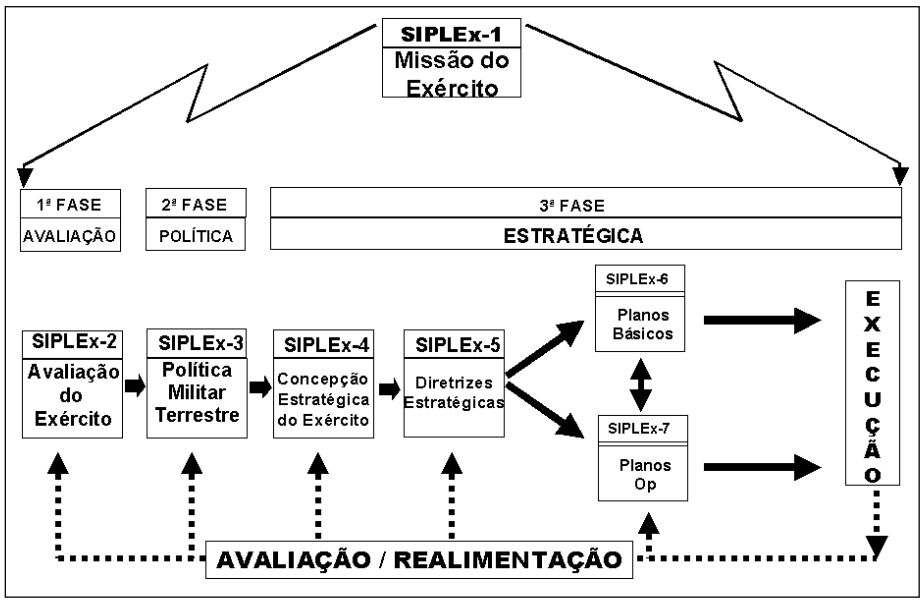

Fig 6-1. Fases e etapas do planejamento do SIPLEX

CAPÍTULO 7

ESTRATÉGIA OPERACIONAL TERRESTRE

ARTIGO I

NATUREZA DOS CONFLITOS

7-1. CARACTERÍSTICAS DOS CONFLITOS

a. Os Estados, muitas vezes, envolvem-se em conflitos com outros Estados, com vistas à conquista e manutenção de seus objetivos nacionais. Em outras oportunidades, o conflito envolve o Estado contra grupos nacionais ou estrangeiros dos mais variados matizes e motivações, que contestam a autoridade do governo e tentam impor seus interesses à maioria pela força.

b. A solução desses conflitos pode ocorrer por meio da persuasão - forma não-violenta, utilizando processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos - ou por meio da coerção - forma violenta, utilizando a capacidade de coagir do poder nacional e abrangendo desde o emprego dos meios diplomáticos até a guerra declarada.

7-2. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

a. O SIPLEX-4 aborda a Concepção Estratégica do Exército, o espectro dos conflitos, as estratégias de segurança e as concepções estratégicas de preparo e emprego da força terrestre.

b. O presente manual refere-se ao emprego da força terrestre em um cenário de defesa externa, em operações convencionais dentro de um TOT.

ARTIGO II

OPERAÇÕES CONJUNTAS, COMBINADAS E INTERALIADAS

7-3. GENERALIDADES

a. Operações conjuntas - São aquelas relacionadas com o emprego coordenado de elementos de mais de uma força armada, sem que haja, no escalão considerado, a constituição de um comando único.

b. Operações combinadas - São operações empreendidas por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob a responsabilidade de um comando único.

c. Operações interaliadas - São aquelas relacionadas com o emprego de forças ou elementos ponderáveis de dois ou mais Estados aliados, sob um comando único, para o cumprimento de uma missão comum.

7-4. COMANDO

a. As forças conjuntas, combinadas e interaliadas caracterizam-se por certas diferenças que existem nos tipos das organizações militares componentes.

b. Entre as forças interaliadas, as diferenças na doutrina, nas técnicas e nos costumes, normalmente, são mais acentuadas. As operações tornam-se mais complexas quando existem diferenças nos sistemas políticos, nas religiões, no idioma e nos padrões culturais e filosóficos.

c. O comandante de uma força combinada ou interaliada deve conhecer e saber avaliar as diferenças, variações e reflexos para operações. Deve combinar o tato com a determinação, e a paciência com o entusiasmo, para assegurar o máximo de eficiência da força. Deve insistir no exercício do comando por meio dos canais estabelecidos, a despeito das dificuldades impostas pelas diferenças de procedimentos e pela barreira dos idiomas.

7-5. ESTADO-MAIOR

a. As forças conjuntas possuem seus próprios estados-maiores, que atuam dentro de uma definição precisa de suas responsabilidades.

b. As forças combinadas recebem um estado-maior combinado, de acordo com as prescrições estabelecidas.

c. Nas forças interaliadas pode ser estabelecido um estado-maior interaliado, ou o estado-maior do comandante da força aliada de maior efetivo, que pode ser ampliado para permitir uma representação equilibrada das outras forças participantes.

ARTIGO III

AÇÕES ESTRATÉGICAS

7-6. NÍVEIS DA GUERRA

a. Conceitos básicos - Do ponto de vista estritamente militar, interessam-nos particularmente os três níveis em que são travados os conflitos: o estratégico, o estratégico-operacional e o tático.

b. Estratégia militar é a arte de preparar e aplicar os meios militares para a consecução de objetivos fixados pela política nacional.

c. Do conceito acima deduz-se que a estratégia militar ocorre em âmbito nacional, na esfera das Forças Armadas ou do TG, abrangendo a conduta de toda a guerra no seu sentido mais amplo e fugindo ao escopo deste manual, que se dedica em especial aos níveis estratégico-operacional e tático.

d. Dentro do TOT ocorrem as campanhas (nível estratégico-operacional) e as batalhas (nível tático). Normalmente, o Plano de Campanha do TOT divide a manobra estratégico-operacional em fases que culminam com a conquista dos objetivos estratégicos impostos ao TOT. Dentro de uma fase, podem ocorrer uma ou mais batalhas.

7-7. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

a. É a arte de preparar, deslocar, desdobrar e empregar as forças do TO visando alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados pela estratégia militar.

b. O campo do emprego da estratégia operacional é o TO, enquanto para a força terrestre, cabe o emprego das forças do Exército na execução da estratégia militar, no âmbito do TOT.

7-8. ESTRATÉGIA OPERACIONAL TERRESTRE

a. É a arte de dispor Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades terrestres e conduzi-los para a batalha.

b. Assim, a estratégia operacional terrestre define as operações, distribui e conduz as forças nas condições mais favoráveis para alcançar os objetivos, visando:

(1) obter a superioridade de meios, pelo menos em região e momento selecionados;

(2) usufruir da liberdade de ação;

(3) adquirir a iniciativa das operações.

7-9. A CAMPANHA DO TOT

a. O nível estratégico-operacional, representado pelo TOT, é o elo vital entre a estratégia militar e o emprego tático das forças na batalha.

b. Seu instrumento é o Plano de Campanha, que prevê o emprego das forças militares para atingir os objetivos estratégicos.

c. O Plano de Campanha deve conter:

(1) o(s) objetivo(s) estratégico(s) final(is) imposto(s) ao TOT;

(2) objetivos intermediários, se for o caso (objetivos estratégico-operacionais);

(3) manobra estratégico-operacional visualizada;

(4) faseamento das operações;

(5) relações de comando nos órgãos conjuntos e combinados do TOT;

(6) composição dos meios;

(7) combinação prevista de meios, atitudes e direções; e,

(8) dosagem de esforços.

7-10. AÇÕES ESTRATÉGICAS OPERACIONAIS

a. As ações estratégicas operacionais são aquelas que utilizam meios predominantemente militares e produzem seus efeitos no TOT.

b. As ações estratégicas operacionais compreendem:

(1) o deslocamento estratégico;

(2) a concentração estratégica;

(3) a manobra estratégico-operacional.

ARTIGO IV

DESLOCAMENTO ESTRATÉGICO

7-11. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. O deslocamento estratégico objetiva a condução das forças para a área de concentração.

b. No âmbito do TOT, o deslocamento das forças da área de concentração para a região onde deverão iniciar as operações militares, ou onde se faça necessária a sua presença, é denominado deslocamento estratégico-operacional.

c. O deslocamento traz em si a idéia de, pelo movimento, gerar a surpresa e dificultar a reação adversária.

7-12. PLANEJAMENTO

O deslocamento estratégico é de natureza física e seu planejamento deve considerar, normalmente, os seguintes fatores:

- previsão das condições climáticas e meteorológicas;
- condições do terreno;
- capacidade dos transportes, significando não só a natureza e tipos dos meios existentes, como também sua quantidade, possibilidades, manutenção e suprimento;
- possibilidades de interferência do inimigo, que buscará, em suas ações de interdição, impedir ou retardar a concentração estratégica; em conseqüência os planejamentos devem ser flexíveis e prever alternativas para o caso de interrupções temporárias nos eixos de deslocamento;
- possibilidade de obter-se a surpresa.

7-13. TÉRMINO DO DESLOCAMENTO ESTRATÉGICO

Torna-se difícil determinar com exatidão onde termina um deslocamento estratégico e onde começa um movimento estratégico-operacional ou tático, porquanto, embora sejam claramente distintos em concepção, seu limite, na execução, é freqüentemente difuso.

ARTIGO V

CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA

7-14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Entende-se por concentração estratégica a ação de reunir os meios operacionais em determinadas áreas geográficas, de onde devem deslocar-se

para a execução de operações ulteriores com um determinado propósito de emprego.

b. O deslocamento estratégico precede a concentração estratégica, podendo suceder um novo deslocamento, caso a área de concentração não coincida com o local de emprego da força. O essencial é dispor de tempo para que se possa obter a iniciativa das operações.

c. A concentração estratégica é uma atividade complexa, que envolve o transporte e a instalação de grandes efetivos e ponderáveis quantidades de suprimentos em áreas muito vastas. A concentração estratégica deve atender a uma série de exigências, particularmente a de guardar flexibilidade para reunir a força para ser aplicada em uma manobra decisiva. Por essa razão, o dispositivo da concentração, normalmente, traz em si o embrião da manobra anteriormente concebida.

7-15. LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO

a. Os locais de concentração estratégica devem permitir a dispersão e a camuflagem dos meios, a fim de contribuir para o seu sigilo.

b. Quando for possível, deve-se utilizar instalações fixas civis já existentes nos locais de concentração, com o intuito de mascarar o próximo deslocamento.

c. Na localização das áreas de concentração, deve ser considerada a distância da força inimiga, além dos seguintes fatores:

(1) planejamento de emprego;

(2) possibilidades de interferência do inimigo e suas linhas de ação prováveis;

(3) possibilidades do sistema de transporte e infra-estrutura logística;

(4) terreno e condições climáticas e meteorológicas;

(5) tempo necessário para completar a concentração;

(6) possibilidades de defesa contra ações aéreas, aeroterrestres e aeromóveis, dirigidas contra a área de concentração e as vias de transporte.

7-16. ASPECTOS ESPECÍFICOS DA CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA

a. Realizar a concentração com o máximo de sigilo de modo a facilitar a obtenção da surpresa estratégica.

b. Quando possível, fazer coincidir o local de concentração com a região de destino de uma GU (término do deslocamento estratégico), a partir da qual essa GU tem o seu emprego definido pela manobra do escalão superior.

c. Concluir a concentração das forças de 1º escalão o mais cedo possível em relação ao dia decisivo, facilitando-lhes a realização de tarefas preparatórias para o cumprimento de suas missões, sem prejuízo do sigilo das operações ulteriores.

d. A segurança dos movimentos terrestres é proporcionada pela GU interessada e pela(os):

(1) Zona de Defesa, nos deslocamentos pela Zona do Interior;

(2) meios terrestres do TOT (força de cobertura, artilharia antiaérea e outros), nos deslocamentos no TOT ou nas áreas de concentração;

(3) meios aéreos à disposição do TOT.

7-17. PLANEJAMENTO DA CONCENTRAÇÃO

a. O Plano de Concentração é o conjunto de providências à disposição do comandante do TOT, onde estão alocadas as forças e os meios necessários para o apoio logístico, nos prazos e locais apropriados, para que o mesmo os empregue na execução da sua manobra.

b. Os elementos básicos que servem de instrumento para a elaboração de um Plano de Concentração, no nível TOT, são:

(1) as diretrizes e ordens do escalão superior;

(2) o Plano de Campanha do comandante do TOT;

(3) os Planos de Mobilização;

(4) o Plano Geral de Transporte (inclui o Plano de Circulação);

(5) a concepção de emprego das Forças de Cobertura Estratégica;

(6) as áreas de concentração selecionadas;

(7) o dispositivo das forças para o combate e os meios para o apoio logístico;

(8) a necessidade de proteção terrestre e aérea, inclusive os meios de defesa antiaérea e aérea.

ARTIGO VI

MANOBRA ESTRATÉGICO-OPERACIONAL

7-18. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. A manobra estratégico-operacional é o conjunto de operações destinadas a colocar forças, equipamentos ou fogos em situação de vantagem estratégica em relação ao inimigo, criando as condições favoráveis à realização da batalha (nível tático), a fim de conquistar, nas melhores condições, o objetivo estratégico fixado.

b. Na busca dessa vantagem estratégica, a ação se resume, basicamente, na adoção de medidas que causem o desequilíbrio das forças inimigas, atuando sobre seu centro de gravidade. Entre outras, as medidas abaixo contribuem para esse fim:

(1) alteração do dispositivo das forças, explorando o princípio da surpresa;

(2) realização de ação que divida as forças inimigas;
(3) atuação sobre os eixos de suprimento;
(4) atuação contra as estruturas de comando e controle;
(5) execução de ações psicológicas.

c. São elementos básicos da manobra estratégico-operacional:
(1) os objetivos estratégico-operacionais;
(2) a combinação de atitudes (ofensiva e defensiva);
(3) a combinação de direções estratégicas ou direções táticas de atuação;
(4) a repartição dos meios; e
(5) a dosagem de esforços.

d. Existem dois tipos básicos de manobra estratégica: a manobra ofensiva e a manobra defensiva. Esses tipos de manobra são válidos, também, para a manobra estratégico-operacional. Estas designações referem-se ao caráter predominante da manobra estratégica, visto que, neste nível, a combinação de atitudes é normal.

TIPOS DE MANOBRA ESTRATÉGICA
⇨ OFENSIVA
⇨ DEFENSIVA

7-19. FORMAS DE MANOBRA ESTRATÉGICA

a. Manobra estratégica ofensiva

FORMAS DE MANOBRA ESTRATÉGICA OFENSIVA
⇨ **RUPTURA** (PENETRAÇÃO)
⇨ **LINHAS INTERIORES** (POSIÇÃO CENTRAL)
⇨ **LINHAS EXTERIORES** (CONVERGENTE)
⇨ **FLANCO** (ALA)
⇨ **AÇÃO FRONTAL**

(1) Ruptura - A manobra central de ruptura ou penetração consiste no rompimento do dispositivo adversário por meio de ações poderosas, visando criar flancos e poder rebater sobre eles os grupamentos de forças.

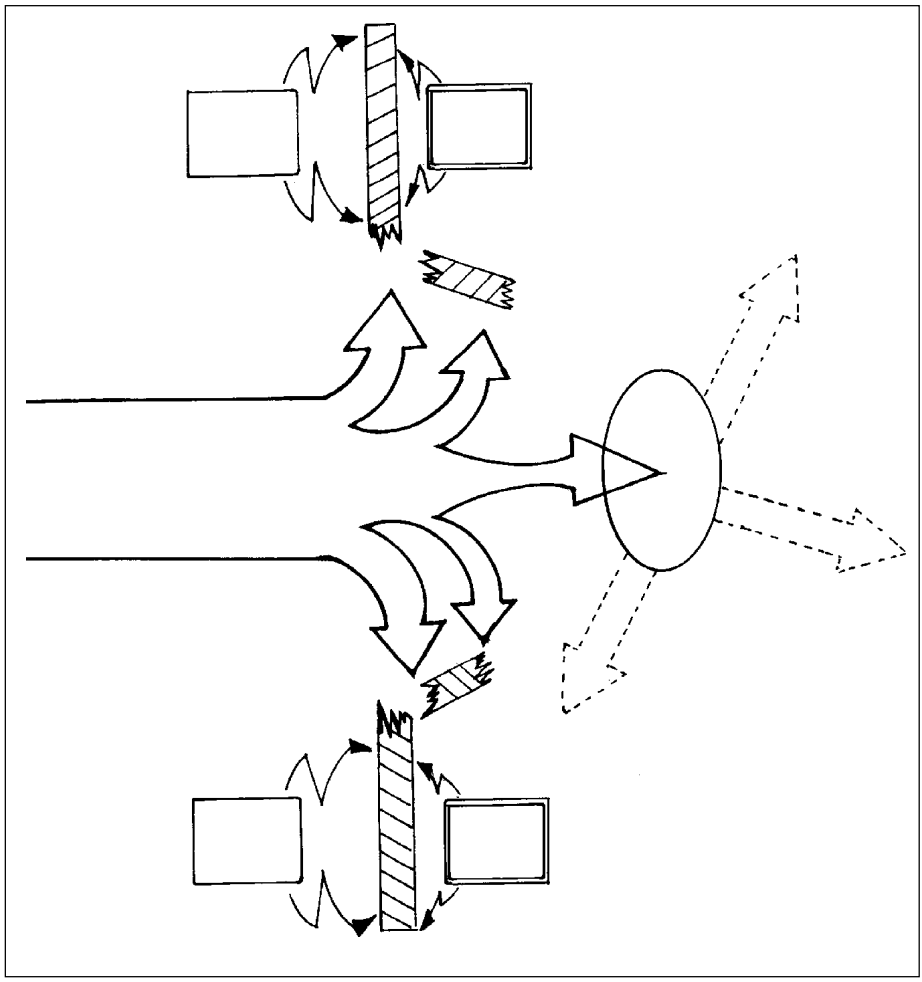

Fig 7-1. Manobra de ruptura

(2) Linhas interiores - A manobra em linhas interiores ou em posição central consiste na adoção de um comportamento defensivo em todos os grupamentos de forças, à exceção de um que, atuando ofensivamente, visa à destruição de uma das massas de manobra do inimigo. As ações são divergentes.

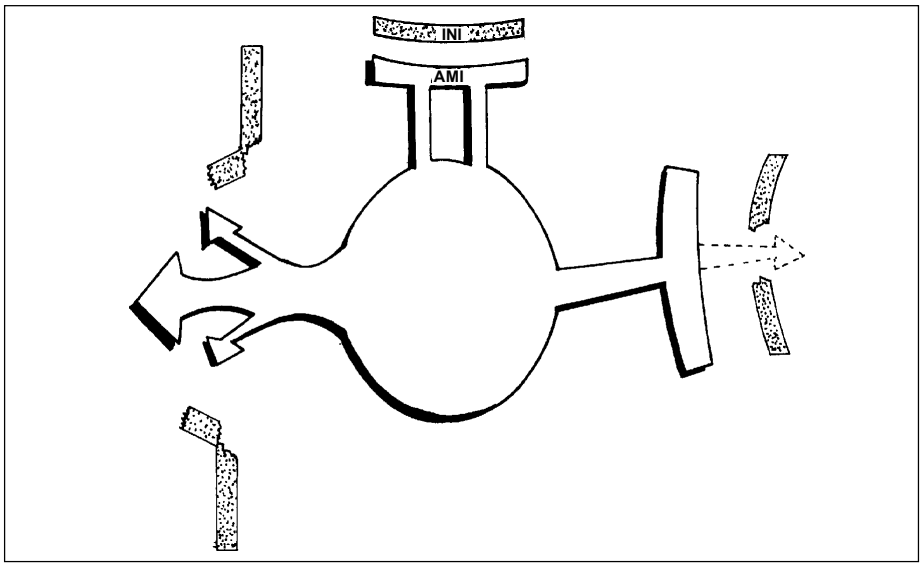

Fig 7-2. Manobra em linhas interiores

(3) Linhas exteriores - Nesta forma de manobra, dois ou mais grupamentos de forças atuam sobre o inimigo, de forma convergente.

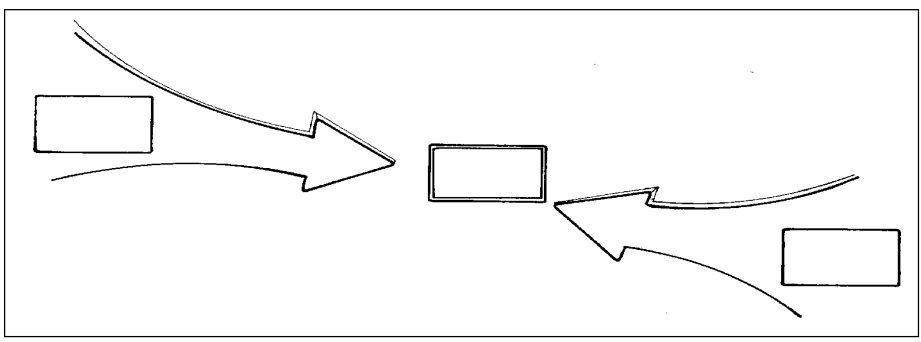

Fig 7-3. Manobra em linhas exteriores

(4) Flanco - A manobra de flanco ou ala consiste em uma pequena parte da força a ser aplicada numa ação secundária frontal, com a finalidade de fixar o principal grupamento de forças inimigas, enquanto a força principal é empregada pelo flanco do dispositivo inimigo, ou por meio de movimento aeroterrestre ou aeromóvel, a fim de conquistar objetivo em profundidade que isole o campo de batalha e obrigue o inimigo a lutar em duas frentes, sujeitando-o à destruição.

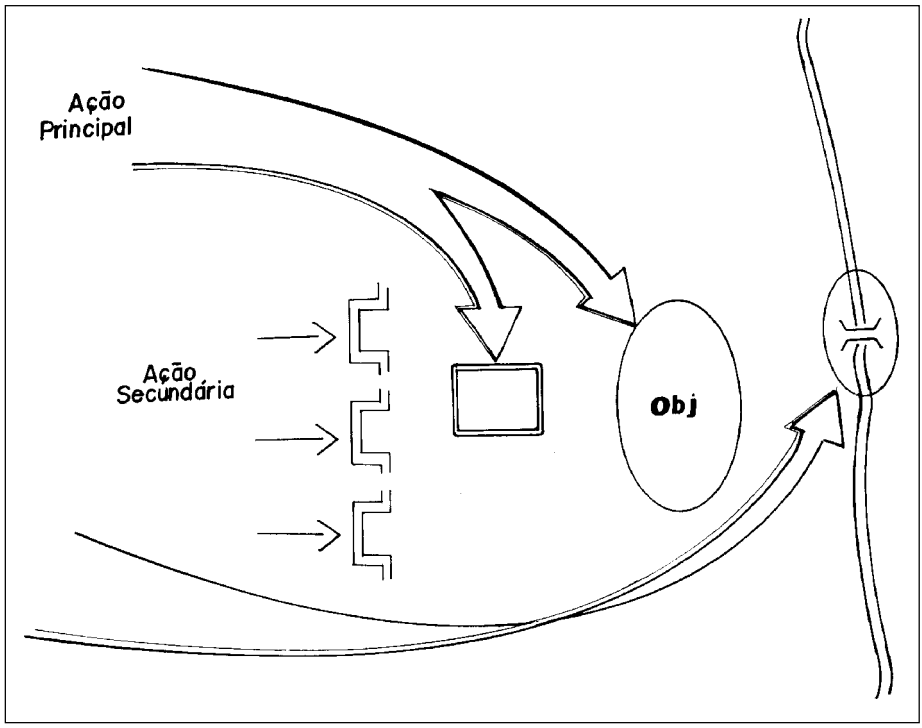

Fig 7-4. Manobra de flanco

(5) Ação frontal - A manobra de ação frontal é aquela que, incide em toda a frente do dispositivo inimigo. Só deve ser empregada por uma força com poder relativo de combate muito superior ao do inimigo. Caso isso não se verifique, permitirá ao defensor executar a manobra estratégica defensiva retrógrada (apresentada a seguir), dispondo novas resistências em linhas favoráveis e exigindo muito tempo e baixas na conquista de cada posição.

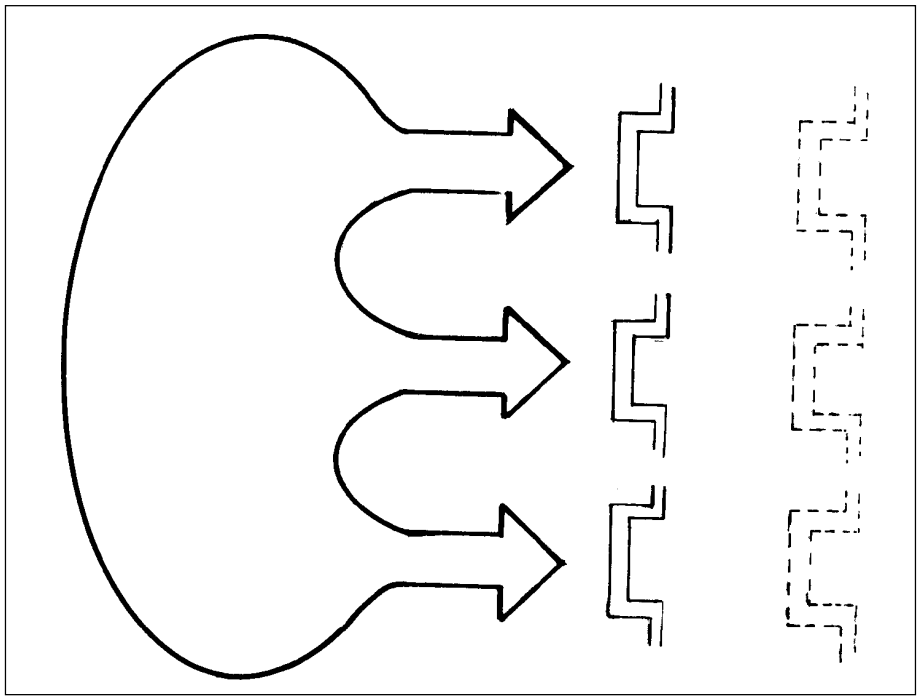

Fig 7-5. Manobra de ação frontal

b. Manobra estratégica defensiva

FORMAS DE MANOBRA ESTRATÉGICA DEFENSIVA
⇨ EM POSIÇÃO
⇨ RETRÓGRADA

(1) Em posição - A manobra em posição é realizada numa região que não pode ser cedida, em virtude de sua importância estratégica. Sua finalidade é impedir o acesso inimigo à área considerada, ao mesmo tempo em que é desgastado. No entanto, não deve ser confundida com uma defensiva estática: todas as oportunidades devem ser aproveitadas para, por meio do contra-ataque, destruir parcelas do poder de combate inimigo. Para isso, é necessário que o dispositivo tenha uma sólida organização em profundidade. No nível tático, são válidas todas as combinações de formas de manobra defensiva e mesmo, em determinadas situações, ações ofensivas locais.

(2) Retrógrada - A manobra retrógrada consiste em aproveitar as condições favoráveis do terreno, quanto à profundidade e à existência de obstáculos naturais, para evitar o combate numa situação inicial desvantajosa

e, trocando espaço por tempo, decidir o combate no momento e local mais vantajosos.

(3) Também neste nível, em virtude da indefinição da direção do esforço principal do inimigo, durante o planejamento, é importante a adoção de um dispositivo de expectativa.

7-20. FASES DA MANOBRA ESTRATÉGICO-OPERACIONAL

A manobra estratégico-operacional é normalmente subdividida em fases, em função dos seguintes aspectos, dentre outros:

- mudança de atitude estratégica;
- mudança de direção estratégica;
- necessidade de reorganização das forças;
- possibilidades logísticas;
- profundidade da operação;
- duração da operação;
- características da região de operações.

ARTIGO VII

AS BATALHAS

7-21. GENERALIDADES

a. As batalhas consistem numa série de combates relacionados e próximos, no tempo e no espaço, realizados no nível tático.

b. As batalhas são concebidas no nível da estratégia operacional, procurando-se estabelecer as melhores condições de tempo e espaço para que elas ocorram.

c. As batalhas compreendem uma ou mais operações táticas e se materializam por meio de operações e ações táticas. Consistem no choque violento de forças de valor considerável, no qual ambos os contendores visam modificar sua situação estratégica, conquistando posições no terreno ou destruindo parcela do poder de combate inimigo.

d. As batalhas podem ser breves e travadas em áreas relativamente pequenas, ou podem durar longos períodos de tempo, cobrindo grandes áreas.

e. As decisões das batalhas se produzem com a quebra da capacidade de combate de um dos contendores.

ANEXO A

ESTUDO ESTRATÉGICO DE ÁREA

A-1. GENERALIDADES

a. O estudo estratégico de área consiste, basicamente, na compilação ordenada e atualizada de todos os elementos, mensuráveis e não mensuráveis, que possam ser de interesse para o planejamento geral de qualquer ação estratégica em determinada área ou para uma exata compreensão de estratégias que nela estejam em curso. O estudo estratégico permite detectar não apenas as potencialidades da área, mas também suas vulnerabilidades, ou seja, suas deficiências ou pontos fracos possíveis de serem explorados por um oponente. Em toda estrutura existem elementos fundamentais que, sendo eliminados, enfraquecidos, agravados ou desarticulados, provocam o seu desmoronamento.

b. Os fatores que são considerados na caracterização de áreas estratégicas podem ser enquadrados nas seguintes categorias básicas:

(1) poder e potencial estratégico;
(2) posição estratégica;
(3) óbices;
(4) vulnerabilidades.

c. Os modelos existentes para o estudo estratégico de uma área servem apenas como referência, devendo esse estudo ser adaptado a cada caso particular, em função das informações disponíveis, do grau de desenvolvimento da área em questão e, principalmente, da finalidade do estudo.

d. Poder e potencial estratégico - São avaliados quanto a suas possibilidades em relação aos objetivos considerados, quanto a suas vulnerabilidades em relação aos óbices e quanto à formulação de um juízo de valor sobre sua capacidade, com vistas à ação política.

e. Posição estratégica - É a situação geográfica da área em relação aos centros do poder ou à(s) área(s) de interesse vital para o país. Determinadas áreas podem ser consideradas como estando em posição estratégica por servirem de pontos de apoio para a execução de ações estratégicas em outras áreas.

f. Óbices - Os óbices existentes ou potenciais são fundamentais para a caracterização da área enfocada. Em última instância, as ações estratégicas nela desenvolvidas terão como finalidade precípua a superação de tais óbices, de modo a impedir o enfraquecimento do poder nacional.

g. Vulnerabilidades - São os óbices passíveis de serem explorados pelo oponente. Assim, a existência de condições peculiares ao subdesenvolvimento, a escassez de matérias-primas, as dificuldades e estrangulamentos no sistema de transporte são exemplos de deficiências na expressão econômica do poder nacional que a ação de oponentes pode transformar em vulnerabilidades. Outros exemplos podem ser citados: a instabilidade política, caracterizando deficiências na expressão política; equipamentos militares obsoletos ou tecnologia ultrapassada, como deficiências na expressão militar.

A-2. ZONA DE POTENCIAL ESTRATÉGICO

a. Este conceito refere-se à região caracterizada pela existência de "território extenso e contínuo; posição continental (na acepção de massa terrestre continental banhada por oceanos ou mares abertos); riqueza natural diversificada; população numerosa, densa e coesa e com capacidade realizadora; estruturas políticas unitárias; progresso científico e poder econômico".

b. É importante não se menosprezar a análise dos fatores de ordem histórica e estrutural, tal como se faz para os fatores de ordem geográfica e geoestratégica.

c. Em relação ao grau de desenvolvimento de uma área há, normalmente, um rol muito grande de elementos que devem ser considerados. Entretanto, o fundamental é que o estudo seja norteado pelos conceitos de quantidade, qualidade e eficiência de funcionamento dos elementos abordados.

A-3. ÁREA ESTRATÉGICA

a. Caracterização - As áreas, regiões ou setores são caracterizados como estratégicas quando, no seu estudo, ficar constatada a presença ou a possibilidade de interesses nacionais significativos, bem como a existência de óbices importantes, fazendo-se necessária a aplicação de ações estratégicas.

b. Determinação de áreas estratégicas

(1) Durante os estudos que culminam com a formulação da CPN começam a se configurar as primeiras áreas estratégicas, considerando os interesses, os óbices existentes e as características de cada região.

(2) Configuradas tais áreas, torna-se necessário definir os seus limites, definição essa que, no início, pode não ser precisa. A definição inicial dos limites de uma área estratégica é buscada por meio do processo das tentativas pela coincidência de unidades geográficas, econômicas, políticas, psicossociais e militares, sofrendo ao longo do processo os reajustamentos necessários.

(3) As áreas estratégicas podem localizar-se no próprio território nacional (internas), fora dele (externas) ou em regiões que englobam espaços nacionais e estrangeiros (mistas).

(4) Convém ressaltar que algumas áreas passam a ser consideradas estratégicas somente após determinada época. Outras, ao contrário, perdem seu caráter estratégico com o passar dos anos. O ÁRTICO, por exemplo, inexpressivo por ocasião da II GUERRA MUNDIAL, é hoje uma importante área estratégica, por permitir que os países por ele banhados projetem seu poder em outros territórios.

A-4. ÁREA OPERACIONAL

a. Área operacional é a área estratégica, ou parte dela, relacionada com o planejamento de ações predominantemente da expressão militar do poder nacional e onde possíveis operações militares podem ocorrer.

b. A principal diferença entre uma área estratégica e uma área operacional é que aquela se relaciona com ações de todo o poder nacional, enquanto que esta se volta, predominantemente, para as ações militares, sem excluir as ações das demais expressões do poder, ou seja, admite-se que as operações militares devem se desenrolar nas áreas operacionais. Da mesma forma, quando se estuda uma área com ênfase para o preparo e aplicação militar, ela passa a ser considerada, para esse estudo, uma área operacional.

c. Quando do estabelecimento da CPN, ao serem formuladas as possíveis hipóteses de emprego, é feita uma primeira indicação das áreas onde, presumivelmente, serão realizadas operações militares. Os estudos subseqüentes à CPN, com vistas à formulação do CEN, irão possibilitar que se complementem as indicações iniciais, de forma a se configurar, com maior nitidez, as áreas operacionais a serem efetivamente consideradas. A delimitação mais precisa de tais áreas será obtida no prosseguimento do processo de planejamento da defesa nacional.

A-5. ESTUDO ESTRATÉGICO DE ÁREA

a. Fundamentos

(1) O estudo estratégico é composto, basicamente, de análise e de síntese, constituindo-se em valioso subsídio para a decisão ou para a atuação dos responsáveis pelo planejamento da ação política.

(2) Por intermédio de um estudo estratégico, coletam-se e selecionam-se os dados da área, avaliando-os judiciosamente, de modo que se possa chegar a uma decisão adequada, oportuna e coerente.

(3) Para que haja padronização em estudos desse nível, é necessário conhecer sua metodologia.

b. Metodologia - O estudo estratégico de área, quer seja puramente estratégico ou operacional, compreende três fases:

(1) 1ª fase: levantamento estratégico;
(2) 2ª fase: avaliação estratégica;
(3) 3ª fase: exame estratégico.

c. Levantamento estratégico (1ª fase)

(1) O levantamento estratégico de uma área tem por finalidade principal a apuração de todos os dados e elementos que determinam ou condicionam o poder e o potencial da referida área. Consiste, basicamente, na coleta de dados e informações que facultam o conhecimento da área em seus aspectos positivos e negativos.

(2) Trata-se de um trabalho metódico e contínuo, realizado desde o tempo de paz, em que se faz sempre presente o cuidado na obtenção de dados e informações exatas, com a devida antecedência, sem a preocupação de estabelecer relações com os óbices existentes ou potenciais.

(3) Existem, em certas áreas, dados que são permanentes ou de mutação muito lenta no tempo e no espaço. Outros há, contudo, que variam de acordo com diversos fatores. Daí a necessidade da constante atualização das informações e dos dados obtidos.

(4) Os trabalhos nesta 1ª fase revestem-se de características essencialmente dinâmicas, exigindo atividade constante e pertinaz dos órgãos ou elementos encarregados de realizar o levantamento estratégico.

(5) Distingue-se de outros tipos de levantamento estatístico por suas finalidades estratégicas e pelo seu uso futuro na avaliação estratégica.

(6) Ao se fazer o levantamento estratégico de uma área operacional, não se deve esquecer a motivação básica que preside o entendimento desse conceito, qual seja, o da predominância de ações da expressão militar. Este deve ser o enfoque por ocasião da coleta de dados e informações, mas sem a preocupação de estabelecer juízos a respeito do valor do oponente admitido.

d. Avaliação estratégica (2ª fase)

(1) A avaliação estratégica consiste em se determinar se as possibilidades e vulnerabilidades existentes na área podem interferir, favorável ou desfavoravelmente, em relação aos objetivos e políticas estabelecidas pela CPN. Em resumo, a finalidade principal desta fase é confrontar o valor do poder e do potencial da área com os óbices existentes.

(2) Na avaliação estratégica de uma área operacional devem ser consideradas as seguintes características.

(a) Condições de acesso - Dizem respeito à facilidade de aproximação de meios, determinadas pela existência de vias de acesso e de direções estratégicas que possibilitem a chegada de forças militares à área, bem como ao levantamento de distâncias a percorrer, de obstáculos e de regiões para concentração. Os reflexos sobre as condições de acesso à área são verificados durante esta fase, quando do estudo da posição relativa, do relevo, da

hidrografia, do solo, do clima e da vegetação.

(b) Condições de mobilidade - Apreciam a capacidade de movimentação na área. Ao ser feita a avaliação estratégica, deve ser considerado o efeito do relevo, do solo, da hidrografia, do litoral, da vegetação, do clima e da rede viária nas condições de mobilidade apresentadas pela área.

(c) Condições de visibilidade - Abrangem as considerações a respeito das condições favoráveis à visibilidade horizontal e vertical na área. Dependem, principalmente, das características do relevo, da vegetação e do clima.

(d) Condições favoráveis às comunicações - Referem-se à dependência do material existente na área e das possibilidades técnicas de sua utilização. Essas condições estarão também influenciadas pelo relevo, pela vegetação e pelo clima.

(e) Recursos disponíveis - Apreciam as possibilidades da área em termos de recursos à disposição, sua quantidade, qualidade e localização, bem como seus reflexos no apoio às operações militares que aí se desenvolverem. Não se pode esquecer do atendimento também às necessidade civis locais. Ao serem analisados os fatores fisiográficos, devem ser verificados, por exemplo, os efeitos da geologia (fertilidade do solo, existência de mineração e de materiais de construção), da hidrografia (suprimento de água) e da vegetação na disponibilidade de recursos que a área apresenta.

(f) Vulnerabilidades - A ausência ou deficiência de qualquer uma das características acima citadas representa uma vulnerabilidade da área em estudo, desde que possa vir a ser explorada pelo oponente.

(g) Considerações

1) Na avaliação estratégica de uma área operacional, deve-se fazer a confrontação das hipóteses de emprego com as apreciações decorrentes do levantamento estratégico dessa área. Esse confronto tem como finalidade principal determinar o valor da área e suas possibilidades no apoio às operações militares que aí poderão ocorrer. Esta é, pois, a essência da 2ª fase.

2) Ao término da avaliação estratégica de uma área operacional deve-se estar em condições de determinar:

- os objetivos estratégicos da área;
- a natureza e o valor das forças amigas e oponentes que podem ser empregadas na área;
- a adequação geral da área para a condução das operações militares e para a execução das ações estratégicas previstas.

a) Objetivo Estratégico

- Os objetivos estratégicos podem ser políticos ou militares, ressaltando-se que estes deverão constituir passos intermediários para a conquista daqueles.

- Para efeito de estudo os objetivos estratégicos podem ser relacionados em dois grandes grupos, a saber:

- objetivos explícitos e implícitos, decorrentes das hipóteses de emprego;

- objetivos decorrentes dos tipos e formas das operações que podem ser realizadas e das ações previstas para a área.

- Entre os objetivos do primeiro grupo, podem ser encontrados os próprios objetivos estratégicos políticos e os centros vitais que caracterizam a área como estratégica.

- Já os do segundo grupo são mais ligados aos objetivos de interesse imediato para a execução das ações estratégicas previstas, tais como: centros demográficos e industriais, instalações importantes, acidentes topográficos notáveis da área, instalações militares e civis relacionadas com os transportes terrestres, marítimos e aéreos, nós rodoferroviários, pontos críticos, usinas elétricas, instalações nucleares, represas, obras-de-arte, etc.

b) Natureza e valor das forças

- A natureza das forças que podem atuar na área relaciona-se, principalmente, com os fatores fisiográficos, com as ações estratégicas previstas e com os tipos e formas de operações previsíveis. No caso de forças terrestres, por exemplo, se existirem planícies bastante permeáveis ao movimento, há facilidade para operações com blindados, mecanizados e tropas pára-quedistas.

- Para a avaliação dos efetivos (valor das forças) que a área pode comportar considera-se, particularmente, dentre outros, os seguintes fatores:

- os recursos existentes na área e os que podem proceder de outras regiões, dentro das reais possibilidades de transporte e levando-se em conta, também, as necessidades mínimas da população civil e respectivas atividades;

- amplitude da área e os objetivos estratégicos nela existentes ou que podem, por meio dela, ser alcançados.

c) Adequação geral da área

- A adequação da área para a condução de operações militares resulta, fundamentalmente, de um confronto da sua base fisiográfica com as ações estratégicas que podem nela ser desencadeadas e com os tipos e formas de operações previsíveis, que podem ser executadas tanto pelas forças amigas como pelas oponentes.

- A avaliação estratégica fornece, assim, elementos que vão condicionar a 3ª fase, seja qual for o exame estratégico da área, dando-lhe objetividade e realismo e evitando a formulação de linhas de ação impraticáveis.

e. Exame estratégico (3ª fase)

(1) O exame estratégico de área tem por finalidade principal apreciar as ações estratégicas que devem ser preparadas e conduzidas nessa área pelas diferentes expressões do poder nacional, de forma a atender, nas melhores condições, aos objetivos propostos pela política nacional.

(2) Ao final desta fase, resultam as ações estratégicas, ou seja, as várias opções (linhas de ação estratégicas) para serem selecionadas pela autoridade competente, envolvendo as diversas expressões do poder.

(3) De modo geral o exame estratégico consiste em:

(a) apreciar, em face da CPN, as diversas alternativas das cinco expressões do poder nacional, compatíveis com a importância da área e necessárias à conquista ou salvaguarda dos objetivos nacionais;

(b) examinar o efeito dos óbices que podem se antepor às ações projetadas ou com elas interferir desfavoravelmente;

(c) estabelecer uma ordem de prioridade entre as ações estratégicas que melhor atendam à conquista e manutenção dos objetivos nacionais, estabelecidos na CPN.

(4) As ações no campo da estratégia nacional comportam, em grau variável, a combinação de ações políticas, econômicas, psicossociais, científico-tecnológicas e militares, caracterizando-se pela predominância do conteúdo ou dos efeitos diretos de uma ou mais expressões e complementando-se por ações de apoio das demais expressões. Em cada caso específico devem ser apreciadas a ação predominante e as ações complementares, que serão desencadeadas simultaneamente.

(5) Como resultado do exame estratégico são sugeridas ações estratégicas à autoridade competente, de forma que ela tenha condições de selecionar aquelas que julgar mais adequadas, tomando, assim, uma decisão que irá servir como diretriz para os planejamentos subseqüentes.

(6) É evidente que, no exame de uma área operacional, predominam as ações estratégicas de interesse da expressão militar relacionadas tanto ao preparo como ao emprego dessa expressão na referida área.

(7) Por isso o exame estratégico de uma área operacional consiste, ainda, em:

(a) verificar todas as possibilidades do oponente que possam interferir nas ações estratégicas previstas para a área;

(b) enumerar, na ordem de prioridade, as ações estratégicas de interesse da expressão militar, visando à tomada de uma decisão que irá servir de base para o planejamento militar subseqüente, decisão essa que regulará o preparo indispensável da expressão militar e a própria realização de ações militares na área.

(8) A decisão servirá de base para o planejamento estratégico militar, que objetiva o preparo e a aplicação das ações militares nessa área operacional.

f. Conclusão

(1) Os estudos estratégicos de áreas estratégicas são basicamente regidos pela mesma metodologia, apresentando, no entanto, diferenças na execução em face do âmbito mais restrito a ser focalizado no caso das áreas operacionais. O estudo estratégico de área operacional é realizado com a finalidade de identificar cada uma das deficiências da área (existentes ou potenciais), delimitando-as tão precisamente quanto possível, para verificar o que a ação do oponente pode transformar em vulnerabilidade. Deve então classificá-las por ordem de importância e de urgência, para determinar as ações estratégicas a planejar, preparar e executar.

(2) Percorridas as três fases do estudo estratégico pode-se resumi-las da seguinte forma: o levantamento reúne dados objetivamente, quase em termos absolutos; a avaliação estabelece juízos de valor, compara, entra no domínio da relatividade dos fatores e eventos; o exame projeta as alternativas do comportamento para fazer frente a cada situação numa determinada área.

(3) A seguir ressalta-se a importância das informações estratégicas, que estão presentes em todas as fases do estudo, com destaque para as estimativas, fruto de seu elevado valor estratégico.

A-6. INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

a. Nos tempos atuais a gama de conhecimentos inerentes às atividades humanas torna-se cada vez mais ampliada e complexa, com inequívoco reflexo para aqueles que desejam ou necessitam deter o poder. Nesse contexto informar-se é fundamental, sobretudo quando se trata de obter um conhecimento antecipado que proporcione uma visão prévia do que está por acontecer, permitindo identificar comportamentos ou reações diante de fatos ou situações futuras, em qualquer nível de ação.

b. As informações podem abranger aspectos amplos e gerais ou restritos e específicos, e sua necessidade avulta quando se trata de obter conhecimentos que, por sua natureza, devam ser pesquisados e produzidos com o objetivo de serem utilizados para bem fundamentar decisões nos mais altos escalões governamentais. O estudo estratégico de uma área consiste nesse trabalho de produzir conhecimentos adequados e oportunos, que favoreçam os atos decisórios, enquadrando-se, pois, no campo das informações estratégicas.

c. Informação estratégica é o conhecimento do fato ou da situação que tenha ou possa vir a ter reflexos em qualquer expressão do poder nacional, produzido com a finalidade de atender às necessidades de planejamento e à condução de ações de alcance estratégico.

d. Ela encerra conhecimentos necessários à conquista e/ou manutenção dos objetivos nacionais.

e. As informações estratégicas não designam objetivos, não estabelecem políticas, não formulam planos e não executam operações (exceto as específicas de inteligência). Elas apenas servem de subsídio para os estudos e tomadas de decisões.

f. Em relação ao estudo estratégico de área, cumpre considerar três tipos de informações estratégicas, classificadas de acordo com sua validade no tempo:

(1) Informação básica - Quando se refere a conhecimentos estáveis, já consolidados, levantados ou catalogados, abrangendo todos os setores de atividade e de caráter relativamente permanente. É utilizada com a finalidade de proporcionar os elementos necessários aos planejadores e executores da política e da estratégia nacional. Como o próprio nome indica, essa informação serve de base para produção de outros conhecimentos, particularmente para acompanhar o desdobramento de determinadas atividades ao longo de um período. O levantamento estratégico (1ª fase), por exemplo, constitui uma informação básica que fornece grande volume de dados sobre todas as expressões do poder nacional.

(2) Informação corrente - É o conhecimento dinâmico, sempre atualizado, da conjuntura interna e externa em todas as expressões do poder nacional, que propicia dados de valor imediato aos usuários. É utilizada para atualizar a informação básica, permitindo acompanhar a tendência ou a evolução dos acontecimentos que se desenrolam no país e no cenário internacional.

(3) Informação estimada ou estimativa

(a) É a projeção em futuro previsível, de um fato ou situação, feita com base na análise objetiva de todos os dados envolvidos e no estudo das possibilidades e probabilidades de sua evolução. Exige do analista conhecimento, argúcia, isenção, experiência e, principalmente, absoluta correção e precisão ao expressar seu pensamento.

(b) O conhecimento estimado, proporcionando elementos que permitam levantar linhas de ação prováveis e possíveis intenções de outras nações, evita que os dirigentes do país sejam tomados de surpresa pelas modificações na política internacional. Da mesma forma, no âmbito interno também podem ser elaboradas estimativas sobre os elementos de todas as expressões do poder nacional. Pelo seu grande valor estratégico as estimativas são consideradas o mais nobre produto das informações estratégicas.

(c) Também as informações nitidamente militares podem ser básicas, correntes e estimativas. Merecem destaque as estimativas militares pelo acentuado reflexo que terão na formulação da política de preparo e emprego da expressão militar. Essas estimativas devem abranger, dentre outros, os seguintes elementos:

1) capacidade de mobilização;

2) avaliação do potencial militar da nação alvo e sua transformação em poder;

3) capacidade produtiva de Material de Emprego Militar (MEM),

4) prováveis TO;

5) objetivos estratégicos;

6) direções estratégicas;

7) evolução da doutrina militar;

8) acordos militares e alianças.

(4) Em termos de planejamento de guerra, buscam-se informações sobre o poder e o potencial do oponente e sobre a capacidade do nosso poder nacional de sobrepujá-lo, sobre as possibilidades do oponente conseguir o apoio de outras nações e sobre a nossa capacidade de impedir essas alianças e de buscar apoio externo.

(5) Para atender ao PMG as necessidades de informações incidem sobre as possibilidades de mobilização do oponente, o material de que ele dispõe e de sua capacidade econômica de apoiar as operações e de durar na ação. Em relação ao nosso país, tais necessidades se voltam para definir as possibilidades de, com nossos meios e potencial, atingir os objetivos de guerra colimados.

Apêndices:

1 - Memento para o levantamento estratégico de área

2 - Memento para a avaliação estratégica de área operacional

3 - Memento para a avaliação estratégica de área operacional específico para a defesa territorial e garantia da lei e da ordem.

APÊNDICE 1

LEVANTAMENTO ESTRATÉGICO DE ÁREA

(Memento)

000 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

010 - Aspectos Gerais
- 011 - superfície e forma;
- 012 - faixa fronteiriça;
- 013 - posição relativa;
- 014 - regiões naturais.

020 - Geologia
- 021 - Rochas e tipos de solo.

030 - Orografia
- 031 - configuração do solo em seu conjunto;
- 032 - acidentes do relevo. Direções e altitudes.

040 - Hidrografia
- 041 - bacias, rede fluvial;
- 042 - lagos, açudes e canais;
- 043 - quedas de água e suas características;
- 044 - regimes de águas;
- 045 - navegabilidade.

050 - Climatologia
- 051 - elementos e fatores do clima e sua influência sobre o solo;
- 052 - zonas climáticas;
- 053 - regime de chuvas.

060 - Vegetação

061 - revestimento florístico, espécies e áreas cobertas (zonas de vegetação);

062 - camuflagem (possibilidades);

063 - permeabilidade.

070 - Litoral

071 - faixa litorânea, seu aspecto;

072 - águas adjacentes e seus movimentos;

073 - plataforma continental submarina.

080 - Apreciação

081 - a extensão, a forma e a posição em relação a outros países ou áreas;

082 - regiões naturais. Características principais e valor relativo;

083 - os fatores fisiográficos (geologia, relevo, clima, hidrografia e vegetação) como condicionantes do povoamento e da capacidade de produção;

084 - os fatores fisiográficos e suas influências nos transportes (barreiras e caminhos naturais de penetração das regiões naturais);

085 - vegetação, quanto à permeabilidade e possibilidade de camuflagem;

086 - a faixa litorânea, as áreas adjacentes e seus movimentos e a plataforma continental; reflexos na economia e na acessibilidade.

100 - FATORES PSICOSSOCIAIS

110 - Antecedentes Históricos e Sociais

111 - evolução histórica e social;

112 - idioma oficial, idiomas e dialetos de grupos diversos;

113 - raças (regiões étnicas, miscigenação, etc);

114 - classes sociais.

120 - População

121 - Aspectos demográficos:

121.1 - efetivos humanos;

121.2 - distribuição pelo território (regiões demográficas). Densidade;

121.3 - composição da população (sexo e idade);

121.4 - taxas de natalidade, mortalidade e sobrevivência.

122 - Movimentos da população:

122.1 - imigração, emigração;

122.2 - migrações internas.

123 - Núcleos estrangeiros:

123.1 - distribuição e densidade;

123.2 - nacionalidade;

123.3 - tendências políticas;

123.4 - desenvolvimento e atividades.

124 - Mão-de-obra:
- 124.1 - distribuição por atividades econômicas;
- 124.2 - agropecuária, caça e pesca;
- 124.3 - produção industrial;
- 124.4 - transportes;
- 124.5 - comunicações;
- 124.6 - comércio;
- 124.7 - outras.

130 - <u>Saúde Pública</u>

131 - estado sanitário geral;
132 - padrões sanitários;
133 - regiões endêmicas.

140 - <u>Situação Cultural e Religiosa</u>

141 - Educação:
- 141.1 - ensino em geral;
- 141.2 - ensino militar;
- 141.3 - ensino profissional;
- 141.4 - ensino técnico;
- 141.5 - profissões liberais;
- 141.6 - institutos de altos estudos;
- 141.7 - institutos de ensino e pesquisa na área de ciência e tecnologia.

142 - Cultura:
- 142.1 - desenvolvimento;
- 142.2 - centros culturais;
- 142.3 - propaganda e difusão.

143 - Cultos:
- 143.1 - desenvolvimento;
- 143.2 - hábitos nacionais;
- 143.3 - influência religiosa e sua força;
- 143.4 - atitude em relação ao governo;
- 143.5 - propaganda e difusão.

150 - <u>Trabalho, Previdência e Assistência Social</u>

151 - Trabalho:
- 151.1 - organização;
- 151.2 - legislação;
- 151.3 - política trabalhista do governo;
- 151.4 - padrão de vida, salários.

152 - Previdência Social:
- 152.1 - organização;
- 152.2 - legislação;
- 152.3 - seguro social.

153 - Assistência social:
- 153.1 - organização;
- 153.2 - legislação.

160. <u>Moral Social e Opinião Pública</u>

161 - hábitos e costumes sociais;
162 - prevenção e repressão à inobservância dos preceitos morais;
163 - liberdade de pensamento e de opinião;
164 - opinião pública e sua influência sobre o governo;
165 - atitudes nacionalistas e internacionalistas;
166 - grau de tolerância às minorias estrangeiras;
167 - organizações sociais que influem na opinião e no moral do povo;
168 - propaganda:
- 168.1 - organização;
- 168.2 - técnica da propaganda nacional e sua eficiência;
- 168.3 - imprensa, rádio, televisão, publicações diversas, etc.

169 - contrapropaganda:
- 169.1 - organização;
- 169.2 - funcionamento;
- 169.3 - eficiência;
- 169.4 - censura.

170 - <u>Apreciação</u>

171 - tradições históricas:
- 171.1 - tensões sociais existentes (natureza e valor).

172 - população:
- 172.1 - influência da composição e distribuição de população no poder nacional;
- 172.2 - tendências de crescimento populacional;
- 172.3 - repercussão econômica e social das migrações internas;
- 172.4 - influência do imigrante na formação e atividades nacionais;
- 172.5 - valores qualitativos e quantitativos da mão-de-obra.

173 - estado sanitário geral e sua influência no poder nacional;
174 - influência da educação e da cultura na formação do poder nacional;
175 - nível cultural da população;
176 - trabalho, previdência e assistência social:
- 176.1 - organização trabalhista e sua influência na vida do país;
- 176.2 - sistemas de previdência social. Valor e execução;
- 176.3 - assistência social, sua aplicação e resultados.

177 - moral social e opinião pública:
- 177.1 - psicologia nacional e bases morais da nação;
- 177.2 - psicologias regionais;
- 177.3 - grau de patriotismo do povo e seu valor moral;
- 177.4 - tendências políticas das elites e das massas;
- 177.5 - opinião pública em face das ações governamentais.

178 - sentido da propaganda e seus efeitos reais.

200 - FATORES POLÍTICOS

210 - <u>Estrutura Política</u>

211 - regime e forma de governo;
212 - poderes.
212.1 - Executivo:
- organização;
- administração pública;
- características e técnicas administrativas.

212.2 - Legislativo:
- organização;
- aspectos políticos e funcional;
- tendências políticas e composição partidária.

212.3 - Judiciário:
- organização;
- distribuição da justiça;
- situação em face dos demais poderes.

220 - <u>Sistema Jurídico</u>

221 - doutrina e pensamento jurídico;
222 - direitos e deveres do cidadão:
222.1 - direitos e garantias individuais;
222.2 - direitos políticos;
222.3 - deveres;
222.4 - limitações.

230 - <u>Política Interna</u>

231 - Evolução do sistema:
231.1 - processo eleitoral e tendências;
231.2 - leis em elaboração;
231.3 - partidos políticos:
- seu valor representativo eleitoral;
- sua influência;
- programas e tendências ideológicas.

231.4 - organizações que influem na política da área;
231.5 - espírito renovador;
231.6 - movimentos revolucionários.
232 - respeito à tradição;
233 - aceitação popular.

240 - <u>Segurança Pública</u>

241 - organização;
242 - funcionamento.

250 - <u>Política Externa</u> (no caso da área ser Estado)

251 - Princípios que regulam as relações internacionais:
251.1 - tradição política.

252 - participação e influência nos organismos e nos sistemas internacionais;
253 - ação da comunidade internacional;
254 - atitudes políticas, aparentes ou não;
255 - Ministério do Exterior:
255.1 - organização;
255.2 - repartições diplomáticas e consulares;
255.3 - missões especiais;
255.4 - tradição diplomática.
256 - relações externas:
256.1 - países limítrofes;
256.2 - países continentais;
256.3 - países extracontinentais;
256.4 - pactos e ajustes internacionais: alianças, tratados e acordos em vigor;
256.5 - limites. Zonas de fricção e de litígio.
257 - aceitação popular.

260 - Defesa Nacional
261 - política tradicional;
262 - política atual em execução;
263 - preparação para a guerra:
263.1 - influências externas;
263.2 - influências internas.

270 - Inteligência e Contra-Inteligência
271 - organização;
272 - funcionamento no país;
273 - funcionamento no exterior.

280 - Apreciação
281 - estrutura de estado:
281.1 - relação entre os poderes;
281.2 - valor da administração pública.
282 - respeito às liberdades humanas e compreensão dos deveres;
283 - linhas mestras da política nacional;
284 - política interna:
284.1 - estabilidade política. Tensões políticas (natureza e valor);
284.2 - características da vontade e dos anseios;
284.3 - o interesse do povo pelos atos do governo e o sincronismo de ação entre o povo e o governo.
285 - valor e eficiência dos órgãos de segurança pública;
286 - política externa:
286.1 - relações internacionais. Significação real;
286.2 - realizações da política externa em face dos compromissos internacionais;
286.3 - repercussão na vida do país.

287 - defesa nacional:
287.1 - a repercussão na opinião pública das medidas ligadas à defesa nacional.
288 - valor e eficiência das organizações de inteligência.

300 - FATORES ECONÔMICOS

310 - <u>Estrutura Econômica</u>
311 - organização econômica;
312 - economia livre ou controlada. Grau de influência e controle do governo;
313 - Renda "per capita".

320 - <u>Produção Extrativa</u>
321 - produção extrativa mineral:
321.1 - combustíveis:
- sólidos:
- produção e circulação;
- espécies, fontes, volume, valor e reservas;
- transporte e destino do produto.
- líquidos:
- distribuição;
- exportação, importação e estocagem.
- gasosos:
- consumo e importação.
- legislação.

321.2 - minérios e minerais:
- metálicos ferrosos:
- mineração - espécie, jazidas (ferro e seus componentes ou similares, extração, beneficiamento, associados), volume, valor e reservas.
- metálicos não-ferrosos:
- transformação (alumínio, antimônio, chumbo, cobre, estanho, magnésio, zinco);
- distribuição - exportação, importação e estocagem;
- circulação;
- transporte e destino do produto.
- metálicos preciosos:
- consumo.
- não-metálicos fósseis:
- legislação.

322 - Produção extrativa vegetal:
322.1 - madeira, produção - zonas, volumes e valor;
322.2 - .... circulação - transporte e destino do produto;
322.3 - .... distribuição - exportação, importação e estocagem;

322.4 - oleaginosos, consumo, legislação.

330 - <u>Agropecuária, Caça e Pesca</u>

331 - agricultura; produção - espécies, zonas, volumes e valor;
332 - pecuária; circulação - transporte e destino do produto;
333 - caça; distribuição - exportação, importação e estocagem;
334 - pesca; consumo:
. legislação;
. cooperativas.

340 - <u>Produto Industrial</u>

341 - indústrias de base:
341.1 - químicas;
341.2 - metalúrgicas;
341.3 - outras.
342 - energia:
342.1 - produção; espécie, instalações e potência instalada;
342.2 - mananciais e represas;
342.3 - potência utilizável;
342.4 - distribuição;
342.5 - consumo;
342.6 - legislação.
343 - indústrias de transformação:
343.1 - têxtil;
343.2 - alimentar;
343.3 - química;
343.4 - mecânica;
343.5 - borracha;
343.6 - material elétrico;
343.7 - ferroviária;
343.8 - construção naval;
343.9 - automobilística;
343.10 - aeronáutica;
343.11 - material eletrônico;
343.12 - óptica;
343.13 - material de precisão;
343.14 - outras.

350 - <u>Comunicações</u>

351 - rede postal; características e técnicas;
352 - rede telefônica e radiotelefônica essenciais;
353 - rede telegráfica e radiotelegráfica. Traçado e conexões;
354 - rede radiodifusora;
355 - estações de televisão;
356 - radioamadorismo.
357 - rede mundial de computadores (Internet)

360 - Transporte

361 - terrestre:

361.1 - ferroviário:

- redes; características gerais:
  - . bitolas, extensão por bitola, pontos sensíveis;
  - . traçados, nós ferroviários e grandes terminais;
  - . eixos principais e secundários;
  - . capacidade de tráfego. Pontos críticos;
  - . conexão de eixos nacionais e estrangeiros;
  - . conexão com outras vias de transporte.
- material rodante. Tração e reboque:
  - . características gerais;
  - . quantidade por espécies;
  - . procedência;
  - . manutenção. Instalações e possibilidades.
- combustível e energia elétrica:
  - . procedência, por espécie;
  - . consumos normais e máximos para tráfego e instalações;
  - . valor dos consumos;
  - . suprimento;
  - . estocagem;
  - . obras e melhoramentos em execução e em projeto.

361.2 - rodoviário:

- redes:
  - . características gerais;
  - . classificação e pontos sensíveis;
  - . traçados, nós rodoviários e grandes terminais;
  - . eixos principais e secundários;
  - . capacidade de trânsito. Pontos críticos;
  - . conexão de eixos nacionais e internacionais;
  - . conexão com outras vias de transporte.
- material automóvel:
  - . características gerais;
  - . quantidade por espécie;
  - . procedência;
  - . manutenção (instalações e possibilidades).
- combustíveis e lubrificantes:
  - . procedência, por espécie;
  - . consumos normais;
  - . valor dos consumos;
  - . suprimentos;
  - . estocagens.

- obras e melhoramentos em execução e em projeto.

361.3 - oleodutos e gasodutos:

- características gerais:
  - . traçados;
  - . pontos críticos;
  - . rendimento.
- obras e melhoramentos em execução e projetadas.

362 - aquátil:

362.1 - fluvial e lacustre:

- organização;
- trechos navegáveis ou rotas principais e secundárias, conexão com outras vias de transporte;
- portos, instalações, capacidade e melhoramentos portuários;
- ancoradouros;
- material flutuante:
  - . características gerais;
  - . quantidade por espécie;
  - . navios em serviço e em reserva;
  - . capacidade;
  - . procedência;
  - . manutenção. Instalações e possibilidades.
- combustíveis e lubrificantes:
  - . procedência, por espécie;
  - . consumos normais;
  - . valor dos consumos;
  - . suprimentos;
  - . estocagens.

362.2 - Marítimo:

- portos;
- organização;
- conexão com outras vias de transporte;
- instalações portuárias:
  - . armazéns;
  - . pátios;
  - . silos;
  - . tanques de combustíveis.
- condições hidrográficas e de acostamento dos portos:
  - . amplitude da maré;
  - . profundidade da barra;
  - . canal de acesso;
  - . bacia de evolução;
  - . cais acostável (extensão e profundidade).

- equipamentos portuários:
  . guindastes e cábreas;
  . pontes rolantes;
  . empilhadeiras;
  . carregadores mecânicos;
  . linhas férreas;
  . locomotivas e vagões;
  . rebocadores;
  . areas de influência dos portos.

363 - aéreo:

263.1 - organização;

263.2 - aeroportos, aeródromos, instalações e capacidades, ligações com outras vias de transporte;

263.3 - aeronaves:

- características gerais;
- quantidade por espécie. Aviões em serviço e em reserva;
- capacidade;
- procedência;
- manutenção. Instalações e possibilidades;
- combustíveis e lubrificantes:
  . procedência, por espécie;
  . consumos normais;
  . valor dos consumos;
  . suprimentos;
  . estocagens.

370 - <u>Comércio</u>

371 - Exterior

371.1 - importação, espécies:

- procedências ou destino;
- países, portos;
- volume;
- valor;
- destino ou procedência dos artigos.

371.2 - exportação, vias de acesso ou de saída.

372 - Interno

380 - <u>Finanças</u>

381 - orçamento, receita e despesa;
382 - investimentos;
383 - dívida pública interna e externa;
384 - situação financeira externa. Balança de pagamentos;
385 - moeda e câmbio;
386 - circulação fiduciária;
387 - mecanismo de crédito;
388 - regime fiscal.

390 - <u>Apreciação</u>

391 - Estrutura econômica:

391.1 - valor da estrutura econômica;

391.2 - potencial econômico (valor e deficiências);

391.3 - auto-suficiência e dependência externa (materiais estratégicos e críticos);

391.4 - pressões econômicas (internas e externas).

392 - Produção:

392.1 - possibilidades de aumento de produção;

392.2 - distribuição relativa das fontes de produção.

393 - Transportes e Comunicações:

393.1 - possibilidades gerais dos transportes e das comunicações para atender a um tráfego intenso;

393.2 - traçado das vias de transporte para a circulação de riquezas.

394 - Situação financeira interna e externa.

395 - Comércio:

395.1 - trocas internacionais e possibilidades de novos mercados;

395.2 - posição relativa às rotas internacionais.

396 - Regiões geoeconômicas (ligações e grau de dependência).

397 - Valor quantitativo e qualitativo da mão-de-obra.

400 - FATORES MILITARES

410 - <u>Organização Administrativa</u>

411 - Estrutura geral:

411.1 - órgãos diversos;

411.2 - Ministério da Defesa;

412 - Controle administrativo:

412.1 - organização;

412.2 - funcionamento.

420 - <u>Organização das Forças</u>

421 - composição de cada força;

422 - comandos;

423 - efetivos e equipamentos:

423.1 - efetivos e equipamentos (globais);

423.2 - unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

424 - distribuição e ordem de batalha;

425 - serviço militar;

426 - mobilização militar;

427 - forças auxiliares;

428 - guerrilheiros;

429 - defesa civil.

430 - <u>Instrução e Adestramento</u>
431 - forças terrestres;
432 - forças navais;
433 - forças aéreas;
434 - forças combinadas;
435 - forças auxiliares.

440 - <u>Fortificações e Instalações Permanentes de Defesa</u>
441 - zonas defendidas;
442 - bases e obras permanentes no interior;
443 - bases e obras permanentes no litoral;
444 - instalações subterrâneas;
445 - defesa antiaérea;
446 - instalações especiais.

450 - <u>Logística</u>
451 - Logística Militar:
451.1 - doutrina;
451.2 - organização;
451.3 - sistema de apoio.
452 - Organização logística de cada força:
452.1 - sistema de suprimento na paz e em campanha;
452.2 - sistemas de manutenção e reparo;
452.3 - sistemas de evacuação sanitária e hospitalização;
452.4 - sistemas de transportes militares;
452.5 - sistemas de comunicações militares;
452.6 - sistemas industriais militares:
452.7 - capacidade técnico-industrial.
453 - Emprego militar dos transportes e das comunicações civis.
454 - Sistemas de aquisições.
455 - Suprimentos dependentes de fontes externas.

460 - <u>Moral e Disciplina</u>
461 - normas gerais;
462 - medidas em prática;
463 - decorrência dos fatores políticos;
464 - decorrência dos fatores sociológicos;
465 - decorrência dos fatores econômicos;
466 - decorrência de outros fatores;
467 - comportamento em conflitos anteriores;

470 - <u>Potencial Humano</u>
471 - contingente demográfico abrangido pelo serviço militar:
471.1 - masculino;
471.2 - feminino;
471.3 - mão-de-obra militar.
472 - período de serviço ativo;
473 - índices físicos, psicológicos e de conhecimentos;

474 - incapacidades e isenções;
475 - reservas;
476 - outros fatores.

480 - <u>Potencial em Animais</u>
481 - população de equinos, asininos e muares;
482 - criação de animais de guerra;

490 - <u>Apreciação</u>
491 - eficiência da organização administrativa;
492 - organização das forças:
492.1 - valor da organização militar e dos comandos;
492.2 - valor do equipamento das forças;
492.3 - possibilidades de mobilização e de concentrações militares;
492.4 - resultados práticos das Leis do Serviço Militar;
492.5 - valor e possibilidades das forças auxiliares.
493 - instrução:
493.1 - nível de instrução e adestramento das forças;
493.2 - valor combativo das forças.
494 - importância das organizações permanentes na defesa do território;
495 - valor da organização logística do país para atender às necessidades militares;
496 - estado de disciplina das Forças Armadas;
497 - influência dos militares na política nacional;
498 - valor do contingente humano para a mobilização.

500 - FATORES CIENTÍFICOS-TECNOLÓGICOS

510 - <u>Fatores psicossociais e C&T</u>
511 - Recursos humanos existentes:
511.1 - biologia;
511.2 - química;
511.3 - física;
511.4 - eletrônica;
511.5 - informática.
512 - Influência da C&T no comportamento da sociedade e na cultura (hábitos, valores, tradições).
513 - Alterações no meio ambiente provocadas pela utilização da C&T.
514 - Grau de aceitação da sociedade às mudanças provocadas pela C&T.
515 - Apreciação:
515.1 - grau de desenvolvimento técnico-científico da área;
515.2 - resultados de pesquisas e novas realizações. Experiências;
515.3 - aplicações concretas e em larga escala dos conhecimentos técnicos e científicos;
515.4 - intercâmbio com outras áreas;

515.5 - impacto provocado pela C&T na sociedade e no ambiente;
515.6 - política e intenções de aplicação na guerra.

520 - <u>Ciência e Tecnologia na Política</u>

521 - atitude dos políticos quanto à C&T;
522 - influências dos técnicos nas decisões políticas;
523 - uso de tecnologias avançadas para planejamento, tomada de decisão e controle da execução das metas políticas;
524 - apreciação:
526.1 - uso e grau de valorização da C&T pelos dirigentes políticos.

530 - <u>Ciência e Tecnologia na Economia</u>

531 - Biologia:
531.1 - organizações, pesquisa e desenvolvimento;
531.2 - novas realizações;
531.3 - instalações e produção;
531.4 - orçamento e verbas.
532 - Química:
532.1 - organizações, pesquisa e desenvolvimento;
532.2 - novas realizações;
532.3 - instalações e produção;
532.4 - orçamentos e verbas.
533 - Física:
533.1 - energia nuclear:
- organizações e pesquisas;
- instalações e produção;
- experiências;
- fontes;
- orçamentos e verbas.
533.2 - aeronaves especiais:
- ortodoxas, diferentes tipos de produção;
- não-ortodoxas. Tipos especiais;
- túneis aerodinâmicos;
- produção livre ou controlada.
533.3 - Explosivos e propelentes:
- pesquisa e desenvolvimento;
- campos de prova;
- produção;
- características.
533.4 - Combustíveis e comburentes:
- químicos;
- sólidos;
- nucleares;
- orçamento e verbas.
533.5 - Engenhos dirigidos (com ou sem piloto):
- pesquisa e desenvolvimento;

- instalações;
- campos de provas e experiências;
- famílias de engenhos;
- produção;
- características;
- propulsão e controle (se for o caso);
- orçamentos e verbas.

533.6 - Armas especiais:
- pesquisa e desenvolvimento;
- instalações;
- campos de prova e experiências;
- Tipos:
  . para o Exército;
  . para a Marinha;
  . para a Força Aérea.
- produção;
- características;
- orçamentos e verbas.

534 - Eletrônica:
534.1 - pesquisa e desenvolvimento;
534.2 - instalações;
534.3 - radar e anti-radar;
534.4 - auxílio-rádio à navegação;
534.5 - radiocomunicações;
534.6 - aparelhos eletrônicos especiais;
534.7 - válvulas, transistores e capacitores;
534.8 - produção;
534.9 - características;
534.10 - orçamentos e verbas.

535 - Informática:
535.1 - organizações, pesquisa e desenvolvimento;
535.2 - novas realizações;
535.3 - instalações e produção;
535.4 - orçamentos e verbas;
535.5 - transporte:
- tecnologias aplicadas aos transportes.

535.6 - finanças:
- tecnologias aplicadas às finanças.

540 - <u>Reflexos da Ciência e Tecnologia no Poder Militar</u>

541 - Biologia:
541.1 - possibilidades de aplicação na guerra, inclusive nas atividades de biossegurança.

542 - Química:
542.1 - possibilidades de aplicação na guerra.

543 - Física:
- 543.1 - energia nuclear:
  - possibilidades de aplicação na guerra.
- 543.2 - aeronaves militares:
  - produzidas na área;
  - procedentes de outras áreas do país;
  - procedentes do exterior;
  - capacidade de manutenção e de suprimento da área.
- 543.3 - explosivos e propelentes:
  - pesquisa e desenvolvimento;
  - instalações;
  - campos de prova;
  - produção;
  - características.
- 543.4 - combustíveis e comburentes:
  - químicos;
  - sólidos;
  - nucleares.
- 543.5 - engenhos dirigidos (com ou sem piloto):
  - pesquisa e desenvolvimento;
  - instalações;
  - campos de provas e experiências;
  - famílias de engenhos;
  - produção;
  - características;
  - propulsão e controle (se for o caso).
- 543.6 - armas especiais:
  - pesquisa e desenvolvimento;
  - instalações;
  - campos de prova e experiências
  - tipos:
    . para o Exército;
    . para a Marinha;
    . para a Força Aérea.
  - produção;
  - características;
  - orçamentos e verbas.

544 - Eletrônica:
- 544.1 - pesquisa e desenvolvimento;
- 544.2 - instalações;
- 544.3 - radar e anti-radar;
- 544.4 - auxílio-rádio à navegação;
- 544.5 - radiocomunicações;
- 544.6 - aparelhos eletrônicos especiais;

544.7 - válvulas, transistores, capacitores, etc;
544.8 - produção;
544.9 - características;
544.10 - capacidade de uso de meios eletrônicos na guerra;
544.11 - possibilidade dos recursos locais.
545 - Informática:
545.1 - possibilidade de aplicação na guerra;
545.2 - grau de informatização das Forças Armadas.
546 - Apreciação:
546.1 - capacitação tecnológica para fins militares;
546.2 - uso e grau de valorização da C&T pelos militares.

600 - FATORES BIOGRÁFICOS

610 - <u>Personalidades</u>
611 - líderes políticos e religiosos;
612 - representantes diplomáticos;
613 - chefes militares;
614 - pessoas que exercem influência no ambiente nacional;
615 - dirigentes de organizações com influência nas atividades básicas do Estado:
615.1 - estatais e paraestatais;
615.2 - privadas;
615.3 - de comunicação social (mídia);
615.4 - sindicais;
615.5 - outras.
616 - escritores, jornalistas, juristas de renome, etc;
617 - líderes estudantis, pesquisadores científicos e técnicos, inventores e pioneiros;

620 - <u>Tendências políticas e sociais dessas personalidades</u>

630 - <u>Influência de suas idéias sobre a sociedade</u>

640 - <u>Apreciação</u>
641 - Tendências dos líderes de:
641.1 - política;
641.2 - economia;
641.3 - educação, cultura, ciência e tecnologia;
641.4 - órgãos de comunicação social;
641.5 - entidades religiosas e assistenciais;
641.6 - organizações militares;
641.7 - sindicatos e entidades empresariais.

APÊNDICE 2

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE ÁREA OPERACIONAL

(Memento)

A2-1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

a. Posição relativa

(1) Posição relativa aos centros vitais do nosso território e de outras áreas extraterritoriais.

(2) Articulação com as linhas de circulação terrestres, marítimas e aéreas.

b. Dimensões e forma

(1) Facilidades e dificuldades que as dimensões e a forma da área podem apresentar para a organização do teatro de operações.

(2) Sua influência na realização de ações ofensivas e defensivas e no desdobramento das forças.

(3) Influência nas operações de guerra irregular.

A2-2. ASPECTOS FISIOGRÁFICOS

a. Relevo

(1) Facilidades e dificuldades de circulação e de condições de acesso à área.

(2) Influência na observação aérea e terrestre.

(3) Necessidade de emprego de tropa especializada.

(4) Possibilidade de emprego de forças blindadas, mecanizadas, motorizadas, aeromóveis ou pára-quedistas.

(5) Regiões favoráveis ao homizio de forças irregulares.

(6) Influência nas operações.

(7) Repercussões na escolha da manobra a realizar.

b. Hidrografia

(1) Os cursos de água como obstáculos à manobra.

(2) O significado das obras-de-arte e das regiões de passagem.

(3) Possível influência das chuvas no volume das águas.

(4) Existência de áreas passivas (pântanos, banhados, mangues, etc).

(5) Compartimentação da área, do ponto de vista hidrográfico.

(6) Reflexos para o emprego de forças blindadas, mecanizadas, motorizadas, aeromóveis ou pára-quedistas.

(7) Utilização dos rios como vias de transporte.

(8) Influência nas operações.

c. Solo

(1) Influência na transitabilidade, sobretudo em condições meteorológicas desfavoráveis: facilidades e dificuldades de circulação na área.

(2) Reflexos nos trabalhos de construção, fortificações de campanha e conservação de estradas.

(3) Influência no emprego de forças blindadas, mecanizadas, motorizadas, aeromóveis ou pára-quedistas.

(4) Recursos minerais que efetivamente poderão ser aproveitados em trabalhos de construção, de conservação e de fortificação.

d. Clima e condições meteorológicas

(1) Efeitos sobre a observação aérea e terrestre.

(2) Influência na transitabilidade: reflexos nos trabalhos de construção e conservação, particularmente de estradas.

(3) Influência na atuação e na aclimatação do combatente.

(4) Influência na manutenção e no funcionamento do material e na conservação de suprimentos.

(5) Oportunidades favoráveis ao desencadeamento de operações previstas.

(6) Influência no emprego de forças pára-quedistas e apoio aéreo.

(7) Possibilidades de ocorrência de calamidades públicas.

(8) Reflexos na navegação aérea, costeira, fluvial e lacustre.

e. Vegetação

(1) Possibilidade de cobertura, disfarces e observação.

(2) Permeabilidade.

(3) Obstáculos.

(4) Necessidade de emprego de tropas especializadas.

(5) Reflexos no emprego de forças blindadas, mecanizadas, motorizadas, aeromóveis ou pára-quedistas.

(6) Necessidade de suprimentos especiais.

(7) Facilidades e dificuldades da realização de operações aeromóveis ou de suprimento aéreo.

(8) Possibilidades de aproveitamento como fonte de suprimento de subsistência e de material de construção.

(9) Regiões favoráveis ao homizio de forças irregulares.

f. Litoral

(1) Faixas litorâneas adequadas às operações de desembarque.

(2) Facilidades e dificuldades na realização de operações anfíbias.

A2-3. ASPECTOS ECONÔMICOS

a. Recursos econômicos - Possibilidades e limitações econômicas da área para o apoio às operações militares e para o atendimento da população civil quanto a:

(1) recursos alimentícios;

(2) materiais de construção;

(3) combustíveis; e

(4) outros artigos.

b. Centros Industriais

(1) Importância interna e externa.

(2) Possibilidade de subdivisão da área, sob o ponto de vista econômico, caracterizando os centros industriais e as zonas mais importantes que serão prováveis objetivos para quem pretende dominar a área.

c. Energia

(1) Grau de dependência externa dos principais centros geradores de energia.

(2) Vulnerabilidades às ações inimigas.

(3) Reflexos na economia da área.

d. Transportes

(1) Facilidades e dificuldades de ligação dentro da área.

(2) Facilidades e dificuldades de ligação com outras áreas.

(3) Capacidade das vias de transporte, dos campos de pouso e dos portos, para fins militares. Valor máximo aproximado das forças que poderão ser apoiadas em cada eixo.

(4) Estrangulamentos nos sistemas de transporte.

(5) Locais de convergência e pontos críticos.

(6) Disponibilidade e adaptabilidade dos sistemas de transportes para o apoio às operações militares.

e. Sistemas de Comunicações

(1) Facilidades e dificuldades de apoio às operações militares.

(2) Possibilidades de aproveitamento de instalações e equipamentos civis.

A2-4. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

a. População

(1) Existência de núcleos populacionais que possam interferir nas operações: possibilidades de surtos insurrecionais e revolucionários.

(2) Adensamentos populacionais e seus reflexos no planejamento da evacuação de civis.

(3) Reflexos das migrações.

(4) Reflexos dos contrastes sócio-econômicos.

(5) Tendências políticas e possibilidades de cooperação com as forças regulares.

b. Mão-de-obra

(1) Facilidade ou dificuldade para recrutamento de mão-de-obra, especializada ou não, e as conseqüências para as atividades civis.

(2) Problemas decorrentes de mão-de-obra ociosa.

(3) Reflexos na mobilização.

c. Saúde pública

(1) Possível influência do estado sanitário da área nas forças em campanha.

(2) Possibilidades e limitações da área no apoio de saúde às operações militares.

d. Situação cultural e religiosa - Perspectivas de uma atitude de cooperação ou de hostilidade.

e. Moral social e opinião pública

(1) Ação das organizações de comunicação de massa e de líderes que influem na formação da opinião pública e do moral social.

(2) Condições de reação da opinião pública aos esforços de guerra solicitados.

A2-5. ASPECTOS POLÍTICOS

a. Administração da área

(1) Eficiência da administração política da área.

(2) Eficiência dos órgãos de segurança pública e seu entrosamento com as Forças Armadas: possibilidades, deficiências e capacidade de manter a ordem na área.

(3) Tensões políticas que poderão ter reflexos nas operações militares.

b. Centros políticos

(1) Centros políticos importantes, também, prováveis objetivos.

(2) Problemas de refugiados.

(3) Aproveitamento de localidades, particularmente nas atividades logísticas.

c. Defesa nacional

(1) Antagonismos internos e externos existentes na área, que possam comprometer a defesa nacional

(2) Movimentos existentes na área, influenciados, financiados ou auxiliados por forças externas.

A2-6. ASPECTOS CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS

a. Grau de desenvolvimento técnico-científico da área.

b. Resultados de pesquisas e de novas realizações e experiências.

c. Aplicações concretas e em larga escala dos conhecimentos técnico-científicos.

d. Impacto provocado pela C&T na sociedade e no ambiente.

e. Influências de técnicos nas decisões políticas.

f. Uso e grau de valorização da C&T por políticos, militares e outros.

g. Influências concretas da C&T na economia.

h. Políticas e intenções de aplicação de inovações tecnológicas na guerra.

i. Capacitação tecnológica para fins militares:
- eletrônica;
- informática;
- defesa química, biologica e nuclear; e
- biossegurança.

A2-7. ASPECTOS MILITARES

a. Organização das forças

(1) Eficiência da organização administrativa de cada força.

(2) Valor do equipamento disponível.

(3) Resultados práticos do serviço militar para atender às necessidades das organizações militares.

b. Capacidade operacional

(1) Resultados e padrões alcançados na instrução, nas condições de aprestamento e no adestramento das GU e U.

(2) Resultado obtido em operações recentes.

(3) Avaliação dos padrões de disciplina das OM, bem como do espírito de corpo.

(4) Reflexos da localização, natureza e composição das forças, tendo em vista as operações militares.

(5) Capacidade ofensiva e defensiva.

c. Capacidade logística

(1) Valor e possibilidades dos sistemas de apoio logístico existentes para o apoio às operações militares.

(2) Valor e possibilidades das instalações de serviços existentes, para fins militares, inclusive nas atividades de biossegurança.

d. Mobilização

(1) Valor do contingente humano para a mobilização e seus reflexos para uma situação continuada de guerra.

(2) Avaliação das possibilidades da área quanto à mobilização de material, industrial e de transportes.

(3) Avaliação do sistema e dos órgãos de mobilização existentes.

A2-8. CONCLUSÕES

a. Condicionantes que a área impõe para a conduta de operações militares.

b. Natureza das forças que poderão ser empregadas.

c. Valor aproximado das forças que poderão ser empregadas.

d. Regiões de importância estratégica.

e. Direções estratégicas existentes.

f. Áreas favoráveis à guerra irregular.

g. Possibilidades e vulnerabilidades existentes e suas implicações nas operações militares.

h. Adequabilidade, das GU existentes, às operações que possam desenvolver-se na área.

APÊNDICE 3

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE ÁREA OPERACIONAL

PARA DEFESA TERRITORIAL E GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

(Memento)

(Os parágrafos de 1 a 6 são idênticos aos do apêndice 2)

1...

2...

3...

4...

5...

6...

A3-7. ASPECTOS MILITARES E POLICIAIS

a. Organização das forças legais - Estrutura e funcionamento das forças legais (forças singulares, polícias estaduais, polícia federal, etc) existentes na área.

b. Capacidade operacional

(1) Capacidade operacional das GU e U das Forças Armadas para o desempenho das ações de Def Ter e GLO.

(2) Eficiência dos órgãos de segurança pública e seu entrosamento com as Forças Armadas.

(3) Possibilidades dos tiros-de-guerra para o desempenho de ações de Def Ter e GLO.

(4) Possibilidades e limitações dos diversos segmentos das forças legais.

(5) Influência da localização, natureza e composição das OM e organizações de polícia militar (OPM) em relação às operações de Def Ter e GLO.

c. Capacidade logística

(1) Apoio logístico às operações de GLO: peculiaridades e deficiências.

(2) Possibilidades de apoio das instalações de serviços existentes, no caso de grave perturbação da ordem.

d. Mobilização

(1) Valor do contingente humano para a mobilização, no caso de insuficiência de meios para a manutenção ou restabelecimento da ordem.

(2) Avaliação das possibilidades da área quanto à mobilização de material, industrial e de transportes.

(3) Avaliação do sistema e dos órgãos de mobilização existentes.

A3-8. CONCLUSÕES

a. Defesa territorial

(1) Pontos sensíveis relevantes.

(2) Adequabilidade dos meios disponíveis.

(3) Possibilidades de apoio logístico com os meios existentes.

(4) Viabilidade de mobilização dos recursos para atender às necessidades de Def Ter.

b. Garantia da Lei e da Ordem

(1) Condições políticas, econômicas e sociais passíveis de gerarem insatisfações.

(2) Pontos e áreas sensíveis:

(a) identificação e localização geográfica dos pontos e áreas sensíveis; e

(b) pontos e áreas sensíveis de maior prioridade para a GLO.

(3) Áreas-problema:

(a) atuação de organizações/grupos oponentes: objetivos, principais ações, peculiaridades e deficiências;

(b) conseqüências para a garantia da lei e da ordem.

(4) Aspectos relevantes que favorecem ou dificultam as ações de natureza policial e militar de GLO.

ANEXO B

MODELO PARA A CONDUÇÃO DA MANOBRA DE CRISE

B-1. CARACTERIZAÇÃO DA CRISE E SEUS ANTECEDENTES MOTIVADORES

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de identificação e caracterização do perfil das lideranças oponentes.

B-2. CONSTITUIÇÃO DO GABINETE DE CRISE

O Gabinete de Crise deve dispor de um efetivo mínimo permanente e, em função do tipo e da natureza do desafio a enfrentar, poderá ser reforçado por elementos das diversas expressões do poder nacional. A presença de especialistas da área jurídica, de comunicação social e de inteligência é condição fundamental para o êxito do processo, em qualquer situação.

B-3. AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

a. Internacional

(1) Atores envolvidos e objetivos específicos.
(2) Cenários desejados pelos atores envolvidos.
(3) Escalada provável da crise.
(4) Envolvimento da opinião pública/mídia e seus reflexos.
(5) Relação custo-benefício para o cenário desejado por parte dos contendores.
(6) Grau de probabilidade do emprego da força pelos contendores.
(7) Grau de envolvimento dos atores participantes:
(a) situação de vantagem ou prejuízo;
(b) ligações possíveis e prováveis.

b. Nacional

(1) Reflexos para a política nacional.

(2) Óbices/ameaças aos objetivos nacionais.
(3) Grau de flexibilidade dos atores envolvidos:
(a) nível básico de interesse;
(b) grau de dependência do apoio interno/externo;
(c) grau de dependência da conjuntura internacional;
(d) nível de interesse da opinião pública/mídia e seus reflexos;
(e) condicionantes impostas pelo ordenamento jurídico vigente e suas interpretações;
(f) relação custo-benefício;
(g) fato ou ponto limite de concessão política;
(h) fato ou ponto limite para o emprego da força.
(4) Situação da infra-estrutura e grau de vulnerabilidade a fatores externos e internos, particularmente, nos setores de energia, indústria, ciência e tecnologia, comunicações, transportes, abastecimento e defesa civil.
(5) Capacidade de mobilização dos atores envolvidos.
(6) Medidas e tarefas necessárias para obter-se um panorama aceitável, e prazo estimado para tal.

B-4. DETERMINAÇÃO DA OPÇÃO ESTRATÉGICA

A etapa crítica do processo constitui-se na correta seleção da opção estratégica que melhor assegure a ocorrência do cenário desejado, para o fim da crise. Para tanto, são elencados os seguintes passos:

a. estabelecimento das trajetórias factíveis para o curso evolutivo da crise;

b. escolha da trajetória adequada à obtenção do cenário desejado, estabelecido pelo nível político;

c. definição dos objetivos ou situações a atingir, que caracterizarão o cenário desejado; e,

d. estabelecimento das ações estratégicas para solucionar a crise.

B-5. EXECUÇÃO

a. Após a decisão da autoridade política que preside o processo, desencadeam-se as ações estratégicas selecionadas, mediante a coordenação e o controle do Gabinete de Crise.

b. O emprego de tropa no contexto das ações estratégicas far-se-á com regras de engajamento específicas para cada missão.

B-6. ANÁLISE PÓS-AÇÃO

A cada tarefa executada, no contexto das ações estratégicas em curso, realizar-se-á a análise pós-ação, como instrumento indispensável à consecução dos objetivos propostos.

ÍNDICE ALFABÉTICO

	Prf	Pag
A		
A campanha do TOT	7-9	7-4
A guerra	3-1	3-1
Ações		
- estratégicas	1-5	1-5
- estratégicas operacionais	7-10	7-4
Análise pós-ação	B-6	B-2
Área(s)		
- estratégica	A-3	A-2
- estratégicas	1-6	1-5
- operacional	A-4	A-3
Aspectos		
- científico-tecnológicos	A2-6	A2-5
- econômicos	A2-3	A2-3
- específicos da concentração estratégica	7-16	7-6
- fisiográficos	A2-2	A2-1
- militares	A2-7	A2-5
- militares e policiais	A3-7	A3-1
- políticos	A2-5	A2-4
- psicossociais	A2-4	A2-3
Avaliação da conjuntura	B-3	B-1
B		
Bases		
- da estratégia militar	3-3	3-3
- da sistemática de planejamento	5-2	5-1

	Prf	Pag
C		
Campos de atuação da estratégia nacional	2-10	2-10
Características dos conflitos	7-1	7-1
Caracterização		
- da área	A2-1	A2-1
- da crise e seus antecedentes motivadores	B-1	B-1
- (Planejamento do Preparo e Emprego da Força Terrestre).	6-1	6-1
Comando	7-4	7-2
Comportamento político	4-3	4-2
Conceito(s)		
- de estratégia militar	3-2	3-3
- e princípios básicos (Manobra de Crise)	4-1	4-1
- Estratégia, Ações e Áreas Estratégicas	1-4	1-3
Concepção		
- da ação militar	3-5	3-6
- da ação não-militar	3-6	3-9
- estratégica do Exército	7-2	7-1
Conclusões		
- (Apêndice 2)	A2-8	A2-6
- (Apêndice 3)	A3-8	A3-2
Considerações gerais		
- Concentração Estratégica	7-14	7-5
- Deslocamento Estratégico	7-11	7-5
- Manobra Estratégico-Operacional	7-18	7-7
Considerações iniciais (Estratégia)	1-1	1-1
Constituição do gabinete de crise	B-2	B-1
D		
Desdobramentos da estratégia nacional	2-4	2-2
Determinação da opção estratégica	B-4	B-2
E		
Espectro dos conflitos	2-6	2-3
Estado-Maior	7-5	7-2
Estratégia(s)		
- da ação independente	3-11	3-11
- da aliança	3-12	3-12
- da defensiva	3-14	3-12
- da dissuasão	3-10	3-11
- da ofensiva	3-13	3-12
- da presença	3-9	3-11
- da projeção do poder	3-15	3-12

	Prf	Pag
- da resistência	3-16	3-12
- das forças singulares	3-7	3-9
- de governo	2-5	2-3
- nacional	2-3	2-2
- operacional	7-7	7-3
- operacional terrestre	7-8	7-4
Estudo estratégico de área	A-5	A-3
Etapas		
- da fase estratégica	5-6	5-4
- da fase política	5-5	5-3
- de planejamento	6-2	6-1
- e níveis da manobra de crise	4-6	4-5
Execução	B-5	B-2

F

Fases		
- da estratégia nacional	2-11	2-12
- da manobra estratégico-operacional	7-20	7-13
- do planejamento	5-4	5-2
- e etapas do planejamento	6-5	6-2
Formas		
- de manobra estratégica	7-19	7-8
- de resolução de conflitos	2-8	2-5

G

Generalidades		
- (Estudo Estratégico de Área)	A-1	A-1
- As Batalhas	7-21	7-13
- Operações Conjuntas, Combinadas e Interaliadas	7-3	7-2
- (Planejamento Governamental)	5-3	5-2

H

Histórico	1-3	1-3

I

Informações estratégicas	A-6	A-8
Introdução (Planejamento Militar de Guerra)	5-1	5-1

L

Locais de concentração	7-15	7-6

	Prf	Pag
M		
Métodos		
- da estratégia militar	3-4	3-4
- da estratégia nacional	2-7	2-4
Modelos para o planejamento estratégico	2-9	2-7
N		
Níveis da guerra	7-6	7-3
Níveis da manobra de crise	4-7	4-5
O		
Óbices	2-2	2-1
P		
Planejamento		
- da concentração	7-17	7-7
- de guerra	5-7	5-4
- Deslocamento Estratégico	7-12	7-5
- militar de guerra	5-8	5-5
- prospectivo	6-3	6-2
Poder nacional	2-1	2-1
Políticas de manobra de crise	4-4	4-3
Princípios de guerra	3-8	3-9
R		
Regras		
- de engajamento	4-5	4-4
- gerais da manobra de crise	4-2	4-1
Relações entre política, estratégia e poder	1-2	1-2
S		
Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)	6-4	6-2
T		
Término do deslocamento estratégico	7-13	7-5
Z		
Zona de potencial estratégico	A-2	A-2

DISTRIBUIÇÃO

1. ÓRGÃOS

Gabinete do Comandante 01
Estado-Maior do Exército 10
DGP, DEP, D Log, DEC, DEP, SEF, SCT, STI 01
DCA, DSM, DProm, DMov, DIP 01
DEE, DFA, DEPA, CTEx, CAEx 01
DFR, DFPC, DMAvEx, D Trnp Mob, D Mnt, DS 01
D Patr, DOM, DOC, DSG 01
DAS, D Sau, CDS, DMCEI, DAC 01
DAF, D Cont, D Aud 01
SGEx, CIE, C Com SEx, CITEx 01

2. GRANDES COMANDOS E GRANDES UNIDADES

COTer 02
Comando Militar de Área 02
Região Militar 02
Divisão de Exército 02
Brigada 01
Grupamento de Engenharia 01
Artilharia Divisionária 01
COMAvEx 01

3. UNIDADES

Infantaria 01
Cavalaria 01
Artilharia 01
Engenharia 01

Este Manual foi elaborado com base em anteprojeto realizado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e pela 3ª SCh/EME.